



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Portaria nº 29 de 14 de março de 2025

Designa servidores para atuarem como Agentes de Contratação, bem como a equipe de apoio para auxílio destes em consonância com as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, e no Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO.

O SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o art. 8º, § 5º da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, que versa sobre a condução da licitação na modalidade pregão, e define que o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro;

CONSIDERANDO o art. 7º da Portaria nº 184, de 24 de novembro de 2022 Id. (0033911142), que institui a Comissão de Processamento e Apoio para suporte aos servidores responsáveis pela condução técnica da modalidade pregão, e estabelece suas competências, com o fito de proporcionar o processamento dos certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO;

CONSIDERANDO o art. 5º e art. 9º do Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de Janeiro de 2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos; e

CONSIDERANDO os autos do Processo Administrativo Id. 0043.000155/2024-25 c/c 0043.000304/2024-56,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo para atuarem como agentes de contratação:

- I - Aline Lopes Espíndola, matrícula n.º *****588;
- II - Bruna Gonçalves Apolinário, matrícula n.º *****033;
- III - Bruna Karen Borges Rodrigues, matrícula n.º *****695;
- IV - Camila Caroline Rocha Peres, matrícula n.º *****454;
- V - Eralda Etra Maria Lessa, matrícula n.º *****483;
- VI - Graziela Genoveva Ketes, matrícula n.º *****300;
- VII - Ivanir Barreira de Jesus, matrícula n.º *****122;
- VIII - Maria do Carmo do Prado, matrícula n.º *****839;
- IX - Marina Dias de Moraes Taufmann, matrícula n.º *****886;
- X - Maíza Braga Barbeto, matrícula n.º *****844;

XI - Ronaldo Alves dos Santos, matrícula n.º *****353; e

XII - Valdenir Gonçalves Júnior, matrícula n.º *****985.

§ 1º Os servidores indicados entre os incisos I e XII, atuarão como Pregoeiros sempre que a modalidade pregoão for indicada para o certame.

§ 2º Ficam designados à função de Pregoeiros Substitutos os servidores abaixo, que desempenharão as atividades de estilo nas ausências e impedimentos de quaisquer titulares:

I - Ayanne Carmencita Ramos Dias, matrícula n.º *****964;

II - Elenilson José Satimo Frelik, matrícula n.º *****795;

III - Johnnesley Anes de Moraes, matrícula n.º *****669;

IV - Josélia Pagani Ferreira, matrícula n.º *****627;

V - Letícia Carpina Farias Casara, matrícula n.º *****797;

VI - Luciana Pereira de Souza, matrícula n.º *****520;

VII - Letícia Helen Almeida Ferreira, matrícula n.º *****088;

VIII - Matheus Breves Chixaro Lobo, matrícula n.º *****032;

IX - Sidmar Wesley Correa dos Santos, matrícula n.º *****595;

X - Thales Silva Souza, matrícula n.º *****450; e

XI - Yago da Silva Teixeira, matrícula n.º *****800.

Art. 2º Designar os seguintes membros para compor a Equipe de Apoio:

I - Aline Cruz de Oliveira, matrícula n.º *****696;

II - Ana Nayanne Batista Lemos, matrícula n.º *****137;

III - Bruna da Silva e Souza, matrícula n.º *****559;

IV - Letícia Helen Almeida Ferreira, matrícula n.º *****088;

V - Franciara Sobrinho do Nascimento Ximenes, matrícula n.º *****832;

VI - Gabriel Henrique Ortiz Aguiar, matrícula n.º *****249;

VII - Guilherme Guimarães dos Santos Ferreira, matrícula n.º *****004;

VIII - Ingrid Tainara Xavier Pedroza, matrícula n.º *****608;

IX - Janaina Muniz Lobato, matrícula n.º *****481;

X - Johnnesley Anes de Moraes, matrícula n.º *****669;

XI - Josineide Barbosa Leite Anastácio Ferreira, matrícula n.º *****255;

XII - Júlia Nunes Martins, matrícula n.º *****838;

XIII - Kelvin Klysman de Oliveira Leal, matrícula n.º *****236;

XIV - Krishna Sonniê Teixeira Meneses, matrícula n.º *****433;

XV - Lindainês Bárbara Pereira de Araújo Mendes, matrícula n.º *****240;

XVI - Maria Carolina de Carvalho, matrícula n.º *****197;

XVII - Nadiane da Costa Laia, matrícula n.º *****769;

XVIII - Roberta Arroio, matrícula n.º *****701;

XIX - Tatiana Rachid Bruxel, matrícula n.º *****493;

XX - Wanderly Lessa Mariaca, matrícula n.º *****599; e

XXI - Raiane Jéssica do Nascimento, matrícula n.º *****061; e

XXII - Charles Cunha Menezes Júnior, matrícula n.º *****795.

§ 1º Núcleo de Atendimento:

I - Suélen Torres da Silva, matrícula n.º*****853.

§ 2º Os servidores indicados no § 2º, do Art. 1º, desempenharão a função de membros da Equipe de Apoio quando não estiverem representando a função de Pregoeiros Substitutos.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 83 de 17 de outubro de 2024 Id. (0053907080), publicada no [DOE n.º 94](#), pp. 70-72, de 25 de outubro de 2024, bem como a Portaria nº 89 de 01 de novembro de 2024, publicada no [DOE 207](#), pp. 99-100, de 04 de novembro de 2024.

Parágrafo Único. Os atos praticados pelos membros designados antes da entrada em vigor deste ato normativo permanecem válidos, em conformidade com as regras estabelecidas no normativo revogado, exceto aqueles que vierem a ser substituídos pelas disposições previstas nesta Portaria, que contarão com efeito retroativo indicado no Art. 4º.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 10 de fevereiro de 2025, para os incisos atualizados por este ato normativo.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

FABÍOLA MENEGASSO DIAS

Superintendente Estadual de Compras e Licitações - SUPEL - Em substituição
Portaria nº 01 de 04 de Janeiro de 2023 (0034842927)



Documento assinado eletronicamente por **Fabíola Menegasso Dias**, **Superintendente**, em 19/03/2025, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0058238338** e o código CRC **2B1F38BB**.

Referência: Caso responda esta Portaria, indicar expressamente o Processo nº 0043.000017/2025-27

SEI nº 0058238338



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90092/2025/SUPEL/RO

PARA LOTE ÚNICO, aplica-se a AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva de cota no total de até 25% às empresas ME/EPP

RESUMO DOS DADOS

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 06/05/2025, às 10h00min.(horário de Brasília)
sítio: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 29/04/2025.

OBJETO		
Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de equipamentos e prestação de serviços elétricos no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência Anexo I.		
FUNDAMENTO: Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº 28.874, 25 de Janeiro de 2024. dentre outros.		
PROCESSO ADMINISTRATIVO : 0025.000188/2025-74		
UASG: 925373 ENDEREÇO ELETRÔNICO : https://www.gov.br/compras/pt-br .		
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		
ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 474.804,04 (quatrocentos e setenta e quatro mil oitocentos e quatro reais e quatro centavos)	
VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	
Não Aplicável	Contrato	
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		
Requisitos Básicos: 1. Habilitação jurídica: Conforme estabelecido no <u>item 18.2 do Termo de Referência</u> . 2. Qualificação econômico e financeira: Conforme estabelecido no <u>item 18.3 do Termo de Referência</u> . 3. Regularidade Fiscal, social e trabalhista: Conforme estabelecido no <u>item 18.4 do Termo de Referência</u> . 4. Qualificação técnica: Conforme estabelecido no <u>item 18.5 do Termo de Referência</u> .		Requisitos Específicos:
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERVA COTA ME/EPP?	EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?
não	não	não
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	CONTRATAÇÃO
Menor Preço por Lote	Aberto	sim
TELEFONES PARA CONTATO		E-MAIL PARA CONTATO:
Telefone: 69.3212-9243		atendimento@supel.ro.gov.br
OBSERVAÇÕES GERAIS:		
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.		
2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (ex.: 90001/2024)		

SUMÁRIO

1. DO PREÂMBULO;
2. DO OBJETO;

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
5. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
6. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
8. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
10. DO RECURSO;
11. DA HOMOLOGAÇÃO;
12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
16. DOS ANEXOS;

1. DO PREÂMBULO

1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio da **Portaria nº 29/2025/GAB/SUPEL**, publicada no DOE na data 14 de Março de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **sob o nº 90092/2025/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#) e [Decreto Estadual nº 28.874/2024](#), a [Lei Complementar nº 123/06](#) e Decreto Estadual nº 21.675/2017, e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de equipamentos e prestação de serviços elétricos no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência Anexo I.

2.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

2.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no [item 3.3 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.4. Da garantias e assistência técnica do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no [item 5 e subitens e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.5 Das condições contratuais/garantia do contratual: Ficam aquelas estabelecidas nos [itens: 5.1, 21 e 23 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.6. Do reajuste e supressão contratual: Ficam aquelas estabelecidas no [item 22 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no [item 10.3 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.8. Da entrega/recebimento: Ficam aquelas estabelecidas no [item 10 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.9. Do pagamento: Ficam aquelas estabelecidas no [item 17 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.10. Da obrigação da contratada: Ficam aquelas estabelecidas no [item 20.1 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.11. Da obrigação da contratante: Ficam aquelas estabelecidas no [item 20.2 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.12 Dos critérios de sustentabilidade: Ficam aquelas estabelecidas no [item 16 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

3.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: atendimento@supel.ro.gov.br;

3.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

3.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

3.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.2. **Da subcontratação:** Ficam aquelas estabelecidas no item 12 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

4.3. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

4.3.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

4.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.7. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

4.7.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.7.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.7.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.7.4. Aquele que se enquadre no disposto do art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

4.7.5. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.6. **Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 14 do Anexo I - Termo de Referência.**

5. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

5.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

5.2.1. Declaração, em campo próprio, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos § 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

5.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

5.4 Nos itens/lotes destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas aplica-se o Decreto Estadual nº 21.675/2017, no que couber.

6. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

6.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, com os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

6.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

6.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item 9.5 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, que somente será pública após a fase de lances.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** do Lote.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inaceitável.

7.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO**, conforme item 9.4 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

7.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

7.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.10. **Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.**

7.11. **Subsidiariamente a utilização do subitem 10.10, caso necessário, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:**

- a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site Sorteador.com.br/ (ou outro compatível);
- b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 7.11;
- c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;
- d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.
- e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>
- f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

7.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.13. Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017:

- a) aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;
- b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que poderá ser adjudicado o objeto em seu favor;
- c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- e) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no Decreto Estadual 21.675/2017, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação.

8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

8.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

8.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

8.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

8.3.1.1. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

8.3.2. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, em caso de descumprimento das exigências.

8.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

8.5. Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

8.7. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 9.5 do Anexo I - termo de Referência.

8.8. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.8.1. A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, para que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

8.8.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 8.8.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

8.8.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

8.8.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

8.8.4. O procedimento mencionado no item 8.8.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

8.9. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante do documento da proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no para fins de homologação.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

9.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

9.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

9.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.8. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

9.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

9.11.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 9.11.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.11.3. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 9.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

9.13. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

9.14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

9.14.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 18.3 do Anexo I deste edital - Termo de Referência.

9.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.15.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 18.5 do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

9.16. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.16.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.17. DAS DECLARAÇÕES:

9.17.1. As licitantes deverão dispor as seguintes declarações, exclusivamente em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov, não sendo necessária a juntada das mesmas com os demais documentos de habilitação/proposta:

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação

b) Declaração, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas.

d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

e) Declaração caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

g) Outras declarações eventualmente exigidas no Anexo I deste edital - Termo de Referência

9.18. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

10. DO RECURSO

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021 após a fase de JULGAMENTO e HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

10.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

12.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções** previstas no item 19 e subitens do Termo de Referência - Anexo ao edital.

13.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura, **Unidade Gestora SEAGRI RO**, conforme estabelecido no item 11 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

15.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel>.

15.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

15.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

15.10.1. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>

15.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

15.13. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

16. DOS ANEXOS

16.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I – Termo de Referência (0058917142);

ANEXO I.I – Modelo de Minuta de Contrato (0058917142);

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar (0058879814);

ANEXO III – Análise de Risco (0056770193);

ANEXO IV – SAMS (0056845179);

ANEXO V – Quadro Estimativo de Preços (0057512152);

ANEXO VI – Mapa da Feira (0056771687).

Porto Velho-RO, 15 de abril de 2025.

Graziela Genoveva Ketes
Pregoeira da/SUPEL/RO

Elaborado por:
Kelvin Klysmann de Oliveira Leal
Membro da Comissão de Processamento e Apoio - SUPEL/RO
Portaria nº 29/2025/GAB/SUPEL

Revisado por:

Membro da Comissão de Processamento e Apoio - SUPEL/RO
Portaria nº 29/2025/GAB/SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Graziela Genoveva Ketes, Pregoeiro(a)**, em 15/04/2025, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059076906** e o código CRC **F53C5801**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.1. Unidade Administrativa: Coordenação de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Piscicultura - CDAP

1.2. Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI e/ou Fundo de Investimento e Apoio ao Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira do Estado de Rondônia - PROLEITE

1.3. Unidade Solicitante: Rondônia Rural Show - RRS

2. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL:

2.1. O presente Termo de Referência apresenta as informações fundamentais a serem consideradas durante o procedimento licitatório, visando prover a contratação de serviços de terceiros - Pessoa Jurídica, objetos deste, nos termos da legislação pertinente, conforme estabelece o disposto nos artigos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia.

2.2. Modalidade de Licitação: pregão eletrônico, conforme art. 6º, inc. XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

2.3. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO (LOTE)**, conforme art. 40º, § 2º inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

2.4. Dos Princípios a serem observados: conforme art. 5º da Lei 14.133/2021 eis os princípios a serem observados na sua aplicação:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Com base, ainda, nas experiências anteriores, definimos aqui o conjunto de elementos que nortearão o procedimento, desde a fase que se iniciou, com a solicitação encaminhada através da unidade solicitante por meio do Documento de Oficialização de Demanda 24 (0058879770) e Estudo Técnico Preliminar 31 (0058879814), até aos requisitos necessários à prestação dos serviços e posterior pagamento.

3. OBJETO E OBJETIVO:

3.1. Do Objeto - Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de equipamentos e prestação de serviços elétricos no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO.

3.2. Do Objetivo - O objetivo da contratação é garantir a segurança, eficiência e continuidade do fornecimento de energia elétrica no Centro Tecnológico Vandeci Rack, em Ji-Paraná/RO, durante a realização da Rondônia Rural Show Internacional. Com a infraestrutura elétrica adequadamente monitorada, mantida e ampliada, pretende-se atender à alta demanda energética do evento sem interrupções, prevenindo sobrecargas e incidentes que possam comprometer a segurança dos expositores, visitantes e demais envolvidos. A contratação visa também assegurar que as instalações estejam em conformidade com as normas de segurança e eficiência, por meio de equipe técnica qualificada e do uso de materiais de alta qualidade, garantindo que o evento ocorra de forma estruturada e segura.

3.3. Das Especificações Técnicas:

LOTE 01 - SERVIÇOS DE MONITORAMENTO, REALOCAÇÃO DE SUBESTAÇÃO E INSTALAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA.

ITEM	Código Catálogo CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade
01	21687	*SERVIÇO DE REALOCAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE 300 KVA TRIFÁSICO 13,8 KV/ 220-127 V 60 Hz ESTRUTURA CE3: A contratada deverá realizar a realocação de 1 (um) transformador trifásico, com o local a ser definido pela coordenação do evento. Em conjunto com o responsável técnico, deverá reavaliar os itens da estrutura existente para reaproveitamento, quando possível. O fornecimento e instalação de cabos, conexões e acessórios necessários para a nova subestação serão de total responsabilidade da contratada. A execução dos serviços deverá estar em conformidade com as normas técnicas vigentes, utilizando hastes de aterramento cobreadas do tipo Copperweld, com 2400 mm de comprimento, em quantidade suficiente para garantir a eficiência do sistema. As hastes deverão ser interligadas por cabo de aço cobreado com seção de 3x9 AWG, e cada conjunto deverá conter uma caixa de inspeção para as três hastes. A resistência de terra deverá ser mantida abaixo de 10,0 Ohms em qualquer época do ano. Caso esse limite seja excedido, a contratada deverá ampliar ou adequar a malha de aterramento, assegurando o atendimento aos valores exigidos pela concessionária ENERGISA.	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)
02	21687	*SERVIÇO DE REALOCAÇÃO DE POSTE EM REDE DE BAIXA TENSÃO: O serviço consiste no deslocamento de 4 (quatro) postes de energia elétrica com luminária públicas para a implantação do novo Pavilhão da Agricultura, conforme orientações da coordenação do evento. A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários, incluindo a reposição de cabos, acessórios e componentes que estejam danificados ou venham a sofrer danos durante a execução. Antes do início, a contratada deverá realizar vistoria técnica <i>in loco</i> , mediante agendamento prévio com a coordenação, para avaliação e composição dos custos, garantindo que os serviços sejam executados de acordo com as normas técnicas e de segurança aplicáveis.	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)
03	21687 477059	* SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS 1 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS CONEXÕES DA REDE DE MÉDIA TENSÃO: A contratada deverá realizar a revisão e manutenção das conexões e cabos de média tensão, incluindo o ajuste e inspeção das conexões para prevenir falhas causadas pelo aquecimento decorrente da alta demanda de energia. Todo o fornecimento de equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários será de responsabilidade exclusiva da contratada. Ao término dos serviços, a contratada deverá apresentar um relatório fotográfico e um laudo técnico dos serviços realizados, ambos emitidos por um engenheiro eletricista, acompanhado da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo conselho competente. AA CONTRATADA deverá providenciar e fornecer os insumos necessários para a execução dos serviços, conforme especificado abaixo..	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO COM EMPREGO DE MATERIAIS)

ITEM	Código Catálogo CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade
		<ul style="list-style-type: none"> 100 METROS DE CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 185 MM: Isolação: HEPR (EPR/B)/ Seção nominal: 185mm²/ Tensão nominal: 0,6/1kV/ Temperatura máxima: 90º/ Normas aplicáveis: NBR NM 280 e NBR 6251/ Norma de referência: NBR 7286 - Cabos de potência com isolação extrudada de borracha etilenopropileno (EPR) para tensões de 1 kV a 35 kV - Requisitos de desempenho. 08 UNIDADES DE TERMINAL DE COBRE A COMPRESSAO 185MM: Material: Cobre eletrolítico/ Acabamento: Estanhado/ Normas: ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410/ Condutores: Área = 185mm²/ Diâmetro do furo: 10,5/ Parafuso: Pol = 3/8/ Métrico = M10/ Funções alternativas disponíveis: 13,8 / 17,5/ Corrente: 500/ Aplicação: Painéis elétricos, ligações de chaves disjuntoras, motores, máquinas, barramentos, quadros de distribuição elétrica e outras. 100 UNIDADES DE TERMINAL DE COBRE A COMPRESSAO 120MM: Material: Cobre eletrolítico/ Acabamento: Estanhado/ Normas: ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410/ Condutores: Área = 120mm²/ Diâmetro do furo: 10,5/ Parafuso: Pol = 3/8/ Métrico = M10/ Funções alternativas disponíveis: 13,8 / 17,5/ Corrente: 500/ Aplicação: Painéis elétricos, ligações de chaves disjuntoras, motores, máquinas, barramentos, quadros de distribuição elétrica e outras. 02 UNIDADES DE QUADRO DE COMANDO: Pintura: Eletrostática Epóxi a pó com camada mínima de 80 µm de espessura/ Abertura da porta: 180º com dobradiças em Nylon de alta qualidade fecho padrão com acionamento fenda/ Dimensões: altura 800mm x largura 600mm x profundidade 200mm (80x60x20cm)/ grau de proteção IP54/ Material: aço carbono/ Cor da placa: Laranja/ Cor: Cinza. 01 UNIDADE DE DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 600A: Tensão máxima de Operação: 400V/ Corrente nominal: 600A/ Capacidade máxima de curto-circuito: 220V – 50kA, 380V – 35kA, 400V – 35kA/ Proteção Térmica Fixa/ Proteção Magnética Fixa/ Número de polos: 3/ Grau de proteção: Terminais - IP10/ Tampa de acessórios - IP20/ Recomendável para proteção térmica e magnética de circuitos elétricos de distribuição. 01 UNIDADE DE DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 400A: Tensão: 400V Corrente nominal: 400A/ Capacidade máxima de curto-circuito: 220V – 50kA, 380V – 35kA, 400V – 35kA/ Proteção Térmica Fixa/ Proteção Magnética Fixa/ Número de polos: 3/ Grau de proteção: Terminais - IP10/ Tampa de acessórios - IP20/ Recomendável para proteção térmica e magnética de circuitos elétricos de distribuição. 100 UNIDADES DE LUMINÁRIA PÚBLICA LED 200W: Potência: 200w/ Modelo: Luminária Pública RY para Poste/ Voltagem: Bivolt Automático (110v-220v)/ Ângulo de Abertura: 125º/ Fluxo Luminoso: 20.000 Lúmens/ Índice de Proteção: IP67/ Material: Alumínio/Cor Estrutura: Preto. 130 UNIDADES DE RELÉ FOTOELÉTRICO 220V: Tensão: 220V~ 60Hz/ Tipo de contato quando desenergizado: normalmente aberto (NA) – fail-off/ Filtro de tempo: impede acionamentos indevidos devido a variações bruscas de luminosidade como raios, laser, nuvens e etc. Menor que 4 segundos para ligar ou para desligar (tipo instantâneo)/ Lux para ligar: entre 3 e 20 Lux/ Lux pra desligar: menor que 80 Lux respeitando a relação de histerese entre liga e desliga (histerese): 1,2 a 4 vezes/ Rigidez dielétrica: ≥ 2500V @ 1 min./ Sensor fotocélula de silício: fototransistor/ Tensão de surto: até 4000V / 2000A/ Consumo: menor que 0,7 W/ Índice de proteção : IP 65/ Atende a norma NBR 5123. 130 UNIDADES DE BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO: Tensão de operação: Até 250 Vac - bivolt automático/ Frequência de operação: 50/60Hz/ Corrente nominal: 10A/ Rigidez dielétrica : Maior 2500V/ Seção transversal dos fios de 1,5mm² e comprimento de 25 cm/ Mapa de marcação indelével com identificação do sentido de encaixe do relé e identificação dos terminais de encaixe/ Ligação a 3 fios: fase 1 (preto), neutro ou fase 2 (branco) e carga (vermelho)/ Intercambialidade total: pode ser utilizada com relés de qualquer fabricante/ Material/estrutura (case): Alça em aço 1020 zincada, tomada e soquete construídos em resina poliamida (nylon) reforçada com fibra de vidro e terminais de encaixe em latão estanhado/ Atende a norma NBR 5123. 100 UNIDADES DE CONECTOR PERFURANTE 120/120MM: Tipo de produto: Cabo adaptador/ Tipo de cabo e adaptador: cdp/ Conector de saída: cdp/ Material de revestimento do conector: Metal/ Gênero do conector de entrada: Fêmea/ Gênero do conector de saída: Fêmea/ Condutor principal: 16-120mm²/ Derivação: 16-120mm². 400 UNIDADES DE CONECTOR PERFURANTE 16/120MM: Tipo de produto: Cabo adaptador/ Tipo de cabo e adaptador: cdp/ Conector de saída: cdp/ Material de revestimento do conector: Metal/ Gênero do conector de entrada: Fêmea/ Gênero do conector de saída: Fêmea/ Condutor principal: 16-120mm²/ Derivação: 16-120mm². 1.000 METROS DE CABO FLEXÍVEL 750V PVC 2,50MM: Isolação: Composto termoplástico (PVC) de classe térmica 70°C e tensão de isolação 450/750 V/ Temperaturas máximas no condutor: 70°C em serviço contínuo, 100°C em sobrecarga, 160°C em curto-circuito/ NORMAS APLICÁVEIS NBR 247-3: Cabos Isolados com Policloreto de Vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750V/ Cor: Preto. 1.000 METROS DE CABO ALUMINIO QUADRUPLIX COLORIDO 3X120,00 MM² + NEUTRO NÚ 120,00 MM²: Condutor Alumínio Classe de encordamento: 2/ Isolacao do condutor: XLPE/ Temperatura de isolação: 90 Graus/ Veias: Preto/Cinza/Vermelha+Nu/ Cor da capa externa: Preta,Cinza e Vermelha/ Tensão: 1KV/ Número de vias: 4 Bitola: 120,00 MM². 40 UNIDADES DE ALÇA PREFORMADA CABO ALUMÍNIO NÚ 70MM 2/0AWG: Alça preformada de distribuição para condutores multiplexados de alumínio nú e ramais de ligação CA/CAA/ Aplicação Utilizada para ancoragem de cabos em entrada de unidades consumidoras. Condutor AWG/mm: CAA: # 2/0; 6/1/ CA: # 2/0 7fios/ Seção : 70mm². 40 UNIDADES DE ROLDANA DE PORCELANA VERTICAL POSTE: Material: Porcelana de alta resistência Tensão nominal: Adequado para faixas de tensão de 10 kV a 35 kV/ Resistência mecânica: Alta resistência a cargas e tensões mecânicas/ Superfície: Lisa e livre de imperfeições para uma passagem suave do cabo/ Material da roldana: Porcelana/ Altura - 7 cm/ Largura - 15 cm/ Comprimento - 15 cm. 20 UNIDADES DE ARMAÇÃO SECUNDÁRIA S2 ESTRIBO GALVANIZADO: Armação Secundária pesada, galvanizada a fogo. Utilizada para sustentação do isolador roldana. 60 UNIDADES DE PARAFUSO 16/300: Parafuso cabeça quadrada (máquina) 16x300mm/ Material: Aço Galvanizado com Porca M16. 12 UNIDADES DE ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 6A: Elo fusível para chave de distribuição até 36,2kv, fabricado conforme nbr7282. Corrente nominal 6A. Curva tipo k. Cabeça fixa. Comprimento : 500mm. Capacidade de interrupção máxima: - 15kv : 10ka assimétrica / 7,1ka simétrica; - 24,2kv : 8ka assimétrica / 5,7ka simétrica; - 36,2kv : 5ka assimétrica / 3,6ka simétrica. Característica construtiva: - tubo auxiliar em fibra vulcanizada; - lâmina fusível em prata pura; - condutor flexível com 2,6 mm de diâmetro;- gravação da corrente e curva na cabeça do elo. 30 UNIDADES DE ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 8A: Elo fusível para chave de distribuição até 36,2kv, fabricado conforme NBR7282. Corrente nominal 8A. Curva tipo k. Cabeça fixa. Comprimento : 500mm. Capacidade de interrupção máxima: - 15kv : 10ka assimétrica / 7,1ka simétrica; - 24,2kv : 8ka assimétrica / 5,7ka simétrica; - 36,2kv : 5ka assimétrica / 3,6ka simétrica. Característica construtiva: - tubo auxiliar em fibra vulcanizada; - lâmina fusível em prata pura; - condutor flexível com 2,6 mm de diâmetro;- gravação da corrente e curva na cabeça do elo. 09 UNIDADES DE ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 40A: Elo fusível para chave de distribuição até 36,2kv, fabricado conforme NBR7282. Corrente nominal 40A. Curva tipo k. Cabeça fixa. Comprimento : 500mm. capacidade de interrupção máxima: - 15kv : 10ka assimétrica / 7,1ka simétrica; - 24,2kv : 8ka assimétrica / 5,7ka simétrica; - 36,2kv : 		

ITEM	Código Catálogo CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade
		<p>5ka assimétrica / 3,6ka simétrica. Característica construtiva: - tubo auxiliar em fibra vulcanizada; - lâmina fusível em prata pura; - condutor flexível com 2,6 mm de diâmetro.- gravação da corrente e curva na cabeça do elo.</p> <ul style="list-style-type: none"> 30 ROLOS DE FITA ISOLANTE ROLO DE 20M: Cor: Preto/ Material: PVC com adesivo a base de borracha. Comprimento por rolo: 20 metros. <p>2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 01 (UM) TRANSFORMADOR TRIFÁSICO DE 150 KVA, 13,8 KV/ 220-127V 60 Hz</p> <ul style="list-style-type: none"> – Potência: Transformador a Óleo de 150KVA; – Classe de Tensão Primária: 13,8KV; – Classe de Tensão Secundária: 0,6/1,2KV; – Tensão do Secundário: 220/127V; – Frequência: 60 Hz; – Ligação do Primário: Delta; – Ligação do Secundário: Estrela com Neutro acessível; – Número de Fases: 3 (Trifásico); – Altitude de utilização máxima: 100 – Grau de Proteção: IP65 (uso externo) – Ensaios: ABNT -NBR 5356-1/5 e 5440. 		
04	21687	<p>*SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE REDE ELÉTRICA EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO NO PERÍODO DE 23/05/2025 à 31/05/2025</p> <p>A empresa contratada deverá prestar serviço contínuo de monitoramento da rede elétrica durante todo o período do evento, incluindo medições de consumo, verificação de sobreaquecimento e análises de desempenho da rede. Para isso, deverá instalar e operar um sistema de monitoramento capaz de identificar possíveis superaquecimentos na infraestrutura da rede elétrica, apresentando relatórios detalhados ao final. Será também necessário disponibilizar uma equipe de prontidão composta por 1 (um) engenheiro eletricista, 1 (um) eletricista e 2 (dois) auxiliares, garantindo atendimento imediato e solução ágil de ocorrências durante o evento.</p> <p>Todo o fornecimento de equipamentos, como software de monitoramento em tempo real, sensores de temperatura, medidores de consumo, EPIs e ferramentas necessárias, será de responsabilidade da contratada. Ao término do evento, a empresa deverá apresentar um relatório técnico detalhado e um laudo técnico dos serviços realizados, ambos emitidos por um engenheiro eletricista, acompanhados da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo conselho competente.</p> <p>NOTA: O Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização do evento, conta atualmente com 14 transformadores trifásicos instalados, totalizando uma potência instalada de 2.250 kVA. A demanda contratada, conforme a carga disponibilizada pela Energia para a unidade consumidora, é de 1.800 kW.</p>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES

Catálogo de Materiais – CATMAT (<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) - conforme Art. 19, II, § 2º e art. 40, § 1º, I da Lei 14.133/2021. Orienta-se ao Setor demandante, verificar a possibilidade de incluir Catálogo de Materiais – CATMAT/CATSER, conforme determina a nova Lei de Licitações:

3.3.1. Das complementações das Especificações Técnicas:

3.3.1.1. Para garantir o atendimento adequado às exigências da contratação, são estabelecidas as seguintes complementações técnicas que detalham os requisitos específicos de execução, equipamentos e mão de obra:

- Monitoramento Contínuo da Rede de Média Tensão:** A empresa contratada deverá realizar o monitoramento ininterrupto da rede de média tensão durante o evento, utilizando software especializado para medição de consumo e detecção de sobreaquecimento dos cabos. Esse monitoramento deve ser realizado em tempo real, permitindo a identificação rápida de anomalias e o acionamento imediato da equipe de prontidão.
- Equipe Técnica Especializada:** A empresa deverá disponibilizar uma equipe composta por 1 engenheiro eletricista, 1 eletricista e 2 auxiliares de eletricista, todos devidamente capacitados e com certificações NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade) e NR-35 (Trabalho em Altura), garantindo a segurança e a conformidade com as normas vigentes. A equipe deverá estar em prontidão para atendimento de emergências durante o período integral do evento.
- Manutenção Preventiva e Corretiva:** Serão realizadas inspeções detalhadas das conexões da rede de média tensão e ajustes preventivos para evitar falhas causadas por aquecimento e sobrecarga. A empresa deve dispor de ferramentas especializadas para realizar a manutenção e substituição de componentes conforme necessário, garantindo a continuidade da rede sem interrupções.
- Realocação de Transformador Trifásico de 300 kVA:** A realocação do transformador deverá ser executada com equipamentos adequados para transporte seguro e reposicionamento conforme especificado no plano de engenharia elétrica, visando melhorar o seccionamento da rede e a capacidade de distribuição de energia.
- Realocação de Poste de Baixa Tensão:** A empresa será responsável pela realocação de um poste em rede de baixa tensão, deslocando-o aproximadamente 10 metros, com uso de materiais de fixação adequados e seguindo orientações da coordenação técnica do evento para garantir a segurança da nova instalação.
- Fornecimento e Instalação de Materiais Elétricos:** Os cabos de maior diâmetro para suportar a alta demanda de corrente deverão ser fornecidos e instalados pela empresa contratada, com as devidas conexões e fixações que garantam a estabilidade e segurança da rede. Também deverão ser instaladas luminárias públicas para adequação da iluminação e eliminadas emendas que possam comprometer a eficiência do sistema.
- Transformador Trifásico de 150 kVA para Emergência:** A empresa deverá fornecer um transformador trifásico de 150 kVA para uso emergencial, pronto para instalação imediata em caso de falha dos transformadores principais. Esse equipamento deverá estar em conformidade com as normas de segurança e pronto para substituir qualquer transformador principal que apresente defeito durante o evento.
- Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPIs e EPCs):** Todos os profissionais devem estar equipados com EPIs adequados, como luvas, capacetes, óculos de proteção e vestimentas isolantes, além de EPCs que garantam a proteção do público durante a realização dos serviços.
- Relatórios Técnicos e Documentação:** A empresa deverá apresentar relatórios técnicos de monitoramento e manutenção realizados, contendo informações detalhadas sobre as intervenções, medições e ajustes feitos, além de um relatório final ao término do evento, documentando todos os serviços prestados e possíveis recomendações para futuras manutenções.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS:

4.1. Os objetos desta contratação são caracterizados como comuns, haja visto que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inciso XIII, do artigo 6º da Lei nº 14.133/21.

5. DAS GARANTIAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

5.1. Das Garantias contratuais:

5.1.1. Não haverá exigência de garantia nos termos no Artigo 58 da Lei 14.133/2021.

5.1.2. Não haverá exigência de prestação de garantia nas contratações, conforme Art. 96, §1º I da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. Da Garantia dos serviços:

5.2.1. Período de Garantia: A Contratada oferece garantia de 12 meses a contar da data de recebimento definitivo do objeto pelo Contratante. Durante este período, a Contratada será responsável por quaisquer reparos, ajustes ou substituições que se fizerem necessários, sem ônus adicional para o Contratante, caso sejam constatados defeitos de materiais, execução inadequada ou qualquer outro vício que comprometa a qualidade e a funcionalidade do serviço prestado, nos termos do art. 95, incisos I e II da lei nº 14.133/21, exceto em caso de irregularidades obedecendo a Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as demais legislações pertinentes. A empresa deverá oferecer garantia sobre os serviços

prestados e sobre os materiais fornecidos, assegurando sua durabilidade e conformidade com os padrões de segurança. Essa garantia é essencial para evitar custos adicionais com retrabalhos e manutenções futuras.

5.3. Da Assistência Técnica:

5.3.1. A CONTRATADA obriga-se a prestar assistência técnica ao objeto contratual, comprometendo-se a atender, de forma diligente, todas as solicitações do CONTRATANTE para a correção de eventuais falhas verificadas durante o período de garantia. O atendimento deverá ser iniciado no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após o recebimento da notificação formal do CONTRATANTE, devendo a correção ser realizada no menor prazo possível, considerando a complexidade dos reparos necessários para os itens 1 a 3 do Lote, e de forma **imediate** para o item 4 do referido Lote.

5.3.2. O engenheiro eletricista da empresa deverá ser responsável técnico pelas instalações e serviços realizados, respondendo por eventuais falhas e assumindo a responsabilidade pela segurança das operações.

Obs: Responsabilidade sobre Custos: Todos os custos relativos à mão de obra, transporte, equipamentos e materiais necessários para os reparos ou substituições dentro do período de garantia são de responsabilidade exclusiva da Contratada.

6. AMOSTRAS:

6.1. Não há exigência para a entrega de amostras, nos termos do Art 42 § 2º da lei 14.33/2021.

7. DAS JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO:

7.1. Justificativa Geral:

7.1.1. A contratação de empresa especializada em serviços elétricos para o Centro Tecnológico Vandeci Rack se justifica pela necessidade de garantir a segurança, a eficiência e a operacionalidade da infraestrutura elétrica durante a realização da Rondônia Rural Show Internacional. Trata-se de um evento de grande porte e de significativa relevância econômica para o Estado de Rondônia, reunindo expositores, investidores e visitantes do Brasil e do exterior. O aumento da demanda energética e a complexidade das operações exigem monitoramento contínuo, manutenção preventiva e correção de falhas, de modo a prevenir interrupções no fornecimento de energia e possíveis incidentes que possam comprometer a realização do evento e a segurança dos participantes. A estrutura temporária do evento requer um planejamento elétrico rigoroso, com instalações adequadas para suportar o funcionamento simultâneo de estandes, equipamentos de alta potência e sistemas de climatização e iluminação.

7.1.2. Além disso, a contratação permitirá que todas as instalações elétricas estejam em conformidade com as normas técnicas vigentes, minimizando riscos e assegurando um ambiente seguro e confiável. Dessa forma, a medida se alinha às melhores práticas de gestão pública, garantindo que o evento ocorra sem intercorrências e com plena funcionalidade dos sistemas elétricos.

7.2. Justificativa da Necessidade:

7.2.1. A Rondônia Rural Show Internacional e a Rondoleite vêm apresentando crescimento contínuo em número de expositores e inovação tecnológica, demandando uma infraestrutura elétrica cada vez mais robusta. Esse crescimento reflete-se no aumento do consumo energético, impulsionado pelo uso de equipamentos modernos nos estandes, como telões de LED, sistemas de climatização e realidade virtual, proporcionando aos visitantes uma experiência diferenciada e imersiva. O aumento dessa demanda energética é amplamente noticiado em veículos de comunicação, como o portal [G1](#), reforçando a importância de uma infraestrutura elétrica compatível para evitar riscos à segurança e garantir a continuidade da energia durante os eventos. Uma infraestrutura subdimensionada pode gerar sobrecargas, aquecimento excessivo dos cabos, falhas na distribuição e até riscos de incêndios, tornando imprescindível a modernização da rede elétrica do Centro Tecnológico Vandeci Rack. Diante desse cenário, faz-se necessária a substituição de componentes elétricos sujeitos ao desgaste natural, como luminárias públicas, relés e cabos, além da ampliação da capacidade da rede elétrica para suportar as novas cargas demandadas pelos expositores. A atualização da infraestrutura elétrica é fundamental para garantir a eficiência energética, a segurança dos participantes e a viabilidade do evento. Adicionalmente, para a edição de 2025, foi aprovado o Pavilhão da Pecuária de Corte, conforme processo SEI 0025.003809/2024-91, o que torna necessária a realocação de postes da rede de baixa tensão. Essa intervenção permitirá um melhor aproveitamento da área destinada à construção da estrutura do pavilhão, assegurando a distribuição eficiente de energia elétrica. Portanto, a contratação de uma empresa especializada para a modernização, manutenção e ampliação da rede elétrica do Centro Tecnológico Vandeci Rack não é apenas uma medida preventiva, mas sim uma necessidade estratégica para garantir a segurança, o funcionamento adequado das operações e a qualidade da experiência dos expositores e visitantes da feira.

7.2.2. O Centro Tecnológico Vandeci Rack, localizado em Ji-Paraná/RO, será o local de realização da Rondônia Rural Show Internacional, evento de grande porte que demanda uma infraestrutura elétrica robusta, confiável e segura para suportar o elevado consumo energético durante todo o período da feira. Diante da complexidade e das necessidades específicas da rede elétrica do local, torna-se imprescindível a contratação de uma empresa especializada para fornecer e instalar equipamentos e prestar serviços elétricos que garantam a eficiência, segurança e continuidade da distribuição de energia. O objetivo é contratar uma empresa com qualificação técnica para monitoramento, manutenção e ajustes na infraestrutura elétrica do Centro Tecnológico. Essa contratação é essencial para minimizar riscos de interrupções no fornecimento de energia, evitar acidentes e garantir a segurança de expositores, visitantes e demais participantes. A prestação dos serviços deverá incluir o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra especializada, assegurando que o sistema elétrico funcione em plena capacidade e com segurança durante o evento.

7.2.3. A contratação deve abranger os seguintes serviços e fornecimentos:

- 1. Monitoramento da Rede de Média Tensão:** A realização do monitoramento contínuo da rede de média tensão é necessária para identificar sobrecargas, consumo em tempo real e possíveis falhas, como aquecimento excessivo dos cabos. Esse serviço inclui a medição de consumo elétrico e verificação de aquecimento anormal dos cabos
- 2. Manutenção das Conexões da Rede de Média Tensão:** A rede elétrica do Centro Tecnológico possui uma capacidade instalada de 2.225 kVA, com 14 transformadores trifásicos. Devido ao aumento da demanda durante o evento, é fundamental realizar verificações e ajustes preventivos, evitando falhas relacionadas ao aquecimento e dilatação de cabos e conexões.
- 3. Realocação de Transformador Trifásico de 300 kVA:** A realocação do transformador visa otimizar o sectionamento da rede elétrica, aumentando a capacidade de distribuição de energia e melhorando o atendimento das demandas dos expositores. A empresa deverá possuir todos os materiais e ferramentas necessários para realizar essa realocação.
- 4. Realocação de Poste em Rede de Baixa Tensão:** A necessidade de incluir o Pavilhão da Agricultura na estrutura do evento implica na realocação de um poste da rede de baixa tensão. Esse serviço envolve o deslocamento de cerca de 10 metros do poste para atender a expansão do evento, seguindo as orientações técnicas da coordenação do evento.
- 5. Fornecimento e Instalação de Materiais Elétricos:** A empresa deverá fornecer e instalar materiais para manutenção de luminárias públicas, substituição de cabos com emendas e troca de cabos por outros de maior diâmetro, aumentando a capacidade de condução e reduzindo o risco de aquecimento excessivo.
- 6. Fornecimento de Transformador Trifásico de 150 kVA:** A aquisição de um transformador trifásico de 150 kVA é necessária como medida preventiva para substituir equipamentos em situações de emergência, garantindo a continuidade das operações em caso de falha.

7.2.4. A realização desses serviços é fundamental para a segurança e funcionalidade do Centro Tecnológico Vandeci Rack durante a Rondônia Rural Show Internacional, um evento de relevância econômica e social para o estado de Rondônia. A alta demanda energética impõe desafios de infraestrutura que só podem ser atendidos por uma empresa com experiência e capacidade técnica, reduzindo riscos de falhas elétricas e promovendo a segurança do público e do patrimônio.

7.2.5. Essa contratação, portanto, representa um investimento em infraestrutura elétrica estratégica, assegurando a continuidade e a segurança das operações durante o evento, em alinhamento com o interesse público e com os padrões de qualidade exigidos.

7.3. Justificativa do Interesse Público:

7.3.1. A contratação dos serviços elétricos atende ao interesse público, pois a Rondônia Rural Show Internacional representa um dos maiores eventos do setor agropecuário da região Norte do Brasil. O evento desempenha um papel estratégico no fomento ao agronegócio, atração de investimentos e geração de oportunidades de negócios, impactando positivamente a economia local e estadual. Diante disso, a infraestrutura elétrica adequada e confiável é um fator essencial para o sucesso da feira, garantindo um ambiente seguro e estável para expositores, visitantes e organizadores. A falta de uma estrutura elétrica eficiente poderia resultar em falhas que comprometeriam a realização do evento, trazendo prejuízos financeiros e institucionais. Do ponto de vista da administração pública, o investimento na melhoria da infraestrutura elétrica reforça o compromisso com a segurança, a eficiência e a valorização do setor produtivo, fortalecendo a imagem do Estado de Rondônia como referência em inovação e negócios no setor agropecuário.

7.3.2. A execução dos serviços contratados atende a três objetivos fundamentais:

- 1. Segurança do Público e das Instalações:** O monitoramento da rede de média tensão e a manutenção das conexões elétricas evitam sobrecargas, aquecimento excessivo e possíveis incêndios, garantindo a segurança dos frequentadores e da infraestrutura do evento.
- 2. Continuidade no Fornecimento de Energia:** A realocação do transformador trifásico de 300 kVA e do poste em baixa tensão possibilita uma distribuição de energia mais eficiente, minimizando oscilações e evitando interrupções que poderiam comprometer as atividades da feira.
- 3. Eficiência Energética e Sustentabilidade:** A troca de cabos por modelos de maior capacidade reduz o consumo de energia, evita sobrecargas e prolonga a vida útil dos componentes da rede elétrica. Essa medida contribui para a sustentabilidade do evento e gera economia de recursos públicos.

7.3.3. Portanto, a contratação dos serviços elétricos não apenas assegura a qualidade e segurança do evento, mas também resguarda o interesse coletivo, promovendo um ambiente adequado para a realização de negócios e o fortalecimento da economia regional.

7.4. Descrição dos Requisitos da Contratação:

7.4.1. A contratação de uma empresa especializada é fundamental para atender às demandas elétricas do Centro Tecnológico Vandeci Rack durante a Rondônia Rural Show Internacional, em Ji-Paraná/RO. A empresa deverá possuir experiência comprovada e equipamentos adequados para realizar serviços de monitoramento, manutenção e instalação de componentes elétricos, visando garantir a segurança e eficiência do sistema elétrico durante o evento. Abaixo estão descritos os requisitos mínimos para a contratação:

A) Experiência e Qualificação Técnica: A empresa deve apresentar experiência comprovada em serviços elétricos em redes de média e baixa tensão, especialmente em eventos de grande porte e áreas com alta demanda energética. A equipe técnica deverá incluir um engenheiro eletricista com registro ativo no CREA, um eletricista qualificado para operar em redes de média e baixa tensão e dois auxiliares de eletricista com conhecimento em manutenção e suporte em sistemas elétricos. Além disso, todos os membros da equipe devem possuir certificação em NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade) e NR-35 (Trabalho em Altura), além de treinamento em primeiros socorros e combate a incêndio. Essas qualificações garantem que os serviços sejam executados de forma segura e em conformidade com as normas vigentes.

B) Equipamentos e Ferramentas: A empresa deverá contar com um software especializado para monitoramento do consumo instantâneo de energia, permitindo o controle e análise do uso em tempo real. Além disso, deve possuir todas as ferramentas e equipamentos necessários para instalação, manutenção e substituição de componentes elétricos, incluindo medidores de consumo e temperatura, ferramentas para instalação de cabos de maior diâmetro e equipamentos para realocação de transformadores e postes. Também é essencial o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e em conformidade com a legislação, como luvas de proteção, capacetes, óculos de segurança e vestimentas isolantes. Esses equipamentos garantem a segurança dos profissionais durante a execução dos serviços.

C) Escopo dos Serviços a Serem Prestados: Os serviços incluem **monitoramento contínuo da rede de média tensão** durante o evento, com medição de consumo, verificação de sobreaquecimento e análise de desempenho. Além disso, será realizada a **revisão e manutenção das conexões e cabos de média tensão**, incluindo inspeções e ajustes para evitar falhas devido ao aquecimento gerado pela alta demanda de energia. Também estão previstos a **realocação de um transformador trifásico de 300 kVA**, a **realocação de um poste na rede de baixa tensão** para inclusão do novo **Pavilhão da Agricultura**, além do **fornecimento e instalação de materiais elétricos** para manutenção de luminárias públicas e substituição de cabos. Como medida preventiva, será disponibilizado um **transformador trifásico de 150 kVA reserva** para emergências.

D) Prazos e Cronograma de Execução: A empresa contratada deverá iniciar os **serviços de preparação e monitoramento** antes do início do evento, garantindo que a infraestrutura elétrica esteja completamente operacional. Esse trabalho preventivo é fundamental para evitar falhas que possam comprometer a realização da **Rondônia Rural Show**. Durante o evento, a equipe deverá permanecer em **regime de prontidão**, disponível para atender emergências e realizar ajustes necessários. Esse suporte contínuo assegura o bom funcionamento da rede elétrica e a rápida solução de eventuais problemas.

E) Condições Contratuais e Garantias: A empresa deverá oferecer **garantia sobre os serviços prestados e sobre os materiais fornecidos**, assegurando sua durabilidade e conformidade com os padrões de segurança. Essa garantia é essencial para evitar custos adicionais com retrabalhos e manutenções futuras. Além disso, o **engenheiro eletricista da empresa será o responsável técnico pelas instalações e serviços realizados**, assumindo a responsabilidade pela segurança das operações e respondendo por eventuais falhas.

F) Documentação e Relatórios: Durante a execução dos serviços, a empresa deverá apresentar **relatórios detalhados de monitoramento e manutenção**, incluindo dados de consumo, intervenções realizadas e recomendações para otimização da rede elétrica. Ao término do evento, será entregue um **relatório final de execução**, contendo a descrição detalhada dos serviços prestados, ajustes realizados e sugestões para manutenções futuras, garantindo transparência e eficiência na gestão elétrica do local. Esses requisitos visam assegurar que a empresa contratada possua a capacidade técnica e estrutural para executar todos os serviços necessários de forma segura, eficiente e em conformidade com as normas vigentes, garantindo a segurança do público e a continuidade das operações elétricas durante a realização do evento.

7.5. Do levantamento de Mercado:

7.5.1. Para atender às necessidades da 12ª Edição da Rondônia Rural Show Internacional, foi realizada uma análise criteriosa das opções disponíveis no mercado, considerando aspectos técnicos, econômicos e operacionais. A seguir, apresentamos as alternativas avaliadas, destacando seus benefícios e adequações às exigências do evento, considerando as opções de solução disponíveis:

- Solução 01 - Aquisição (Compra de Materiais e Execução Própria pela Administração Pública):** Nesta solução, as vantagens são a redução de custos com terceirização a longo prazo e o maior controle sobre a qualidade dos materiais adquiridos. Entretanto, há a necessidade de disponibilidade de equipe técnica qualificada na administração pública, além de custos recorrentes com treinamento, manutenção e armazenamento de peças. Além disso, existe o risco de obsolescência ou subutilização dos materiais adquiridos.
- Solução 02 - Locação de Equipamentos e Contratação de Mão de Obra Sob Demanda:** As vantagens dessa solução incluem a flexibilidade na contratação de serviços conforme a necessidade e a redução da necessidade de manutenção contínua por parte da administração pública. Contudo, os custos acumulados podem ser mais altos no longo prazo, além da dependência de fornecedores terceirizados para reparos urgentes.
- Solução 03 - Contratação de Empresa Especializada para Manutenção:** As vantagens dessa solução são a garantia de manutenção preventiva e corretiva especializada, evitando falhas durante o evento; a possibilidade de um contrato prever atendimento emergencial e suporte técnico contínuo; a redução da necessidade de manter equipe interna permanente para esse serviço; e a maior previsibilidade de custos ao longo do tempo. Entretanto, essa opção exige planejamento e fiscalização eficiente dos serviços prestados, além da dependência de contratos administrativos contínuos. Entretanto, essa opção exige planejamento e fiscalização eficiente dos serviços prestados, além da dependência de contratos administrativos contínuos.

7.6. Descrição da Solução como um todo:

7.6.1. A solução para atender às demandas elétricas do Centro Tecnológico Vandeci Rack durante a Rondônia Rural Show Internacional envolve a contratação de uma empresa especializada com capacidade técnica para fornecer, instalar e manter equipamentos e serviços elétricos que garantam a segurança, confiabilidade e continuidade do fornecimento de energia. Essa solução abrange atividades de monitoramento, manutenção preventiva e corretiva, e realocação de componentes essenciais para o sistema elétrico, visando suportar a alta demanda do evento e reduzir os riscos de falhas. A contratação atende ao interesse público ao promover um ambiente seguro, eficiente e adequado para a realização de um evento de grande porte e relevância para o Estado de Rondônia. Garante-se, assim, a prevenção de incidentes, a eficiência no uso dos recursos públicos e a satisfação dos expositores e visitantes, valorizando o compromisso da administração pública com a segurança, a continuidade e a sustentabilidade das operações no evento.

7.6.2. Escolha da Solução: Após análise das alternativas, a **Solução 03** se apresenta como a opção mais vantajosa para a administração pública, sendo recomendada a contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços de manutenção da rede elétrica existente, com fornecimento de materiais conforme a necessidade. Essa alternativa se justifica porque reduz custos operacionais e de armazenamento de materiais, garante manutenção preventiva e corretiva qualificada, evita falhas elétricas que podem comprometer a realização da Rondônia Rural Show e assegura maior eficiência e segurança na rede elétrica do local. Portanto, a contratação de uma empresa especializada por meio de um contrato de manutenção é a melhor estratégia para atender às necessidades do Centro Tecnológico Vandeci Rack de forma sustentável e econômica.

7.7. Justificativa Técnica e Econômica da Escolha da Solução:

7.7.1. A escolha da Solução 03 – Contratação de Empresa Especializada para Manutenção justifica-se pela necessidade de garantir segurança, confiabilidade e continuidade do fornecimento de energia durante a 12ª Edição da Rondônia Rural Show Internacional. O evento exige uma infraestrutura elétrica robusta, capaz de suportar o crescente consumo energético dos expositores, que utilizam telões de LED, climatização e outras inovações tecnológicas. A manutenção preventiva e corretiva especializada reduz riscos de falhas, evita interrupções e assegura o pleno funcionamento da rede elétrica. Do ponto de vista econômico, essa solução minimiza custos operacionais e elimina despesas com aquisição, armazenamento e manutenção de materiais que poderiam ficar obsoletos. Além disso, a previsibilidade financeira garantida pelo contrato de manutenção permite um planejamento mais eficiente, evitando gastos emergenciais que poderiam ser mais onerosos. Em comparação com outras alternativas, essa abordagem reduz a necessidade de mão de obra interna especializada, otimizando os recursos públicos. Portanto, a contratação de uma empresa especializada é a opção mais eficiente e sustentável, assegurando a infraestrutura necessária para um evento de grande porte. Essa solução promove segurança para expositores e visitantes, eficiência na distribuição de energia e valorização do investimento público, consolidando a Rondônia Rural Show Internacional como um evento bem estruturado e inovador.

7.8. Da exclusão de pessoa física:

7.8.1. Logo, pelas razões esposadas, supra, têm-se como certo a exclusão de exclusão de participação de Pessoas Físicas na licitação, conforme artigo 34 inciso XIV do Decreto Estadual nº 28.874/2024, fazendo o paralelo, não se aplica, pois a contratação exige estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar (Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021).

8. DAS ESTIMATIVAS DA CONTRATAÇÃO:

8.1. Das Quantidades Estimadas:

8.1.1. Essa estimativa contempla a necessidade de monitoramento, manutenção e melhorias na infraestrutura elétrica, visando evitar falhas e garantir a distribuição segura de energia ao longo do evento. Os itens foram definidos considerando o aumento da demanda energética, a modernização de componentes desgastados e as adequações estruturais necessárias, como a realocação de postes e transformadores. A contratação abrangerá o fornecimento de cabos elétricos dimensionados para suportar as cargas exigidas, transformadores de alta capacidade, luminárias para reforço da iluminação pública e dispositivos de proteção contra sobrecargas e curtos-circuitos. Além disso, serão realizados serviços de inspeção preventiva, substituição de conexões e redistribuição de carga, fundamentais para minimizar riscos de interrupção e proporcionar maior eficiência ao sistema

elétrico. A definição desses itens e quantidades estimadas baseia-se em critérios técnicos e operacionais, garantindo que a estrutura elétrica do Centro Tecnológico Vandeci Rack esteja plenamente preparada para suportar as atividades do evento com segurança, confiabilidade e conformidade com as normas vigentes. Dessa forma, a estimativa reflete um planejamento estratégico para otimizar recursos, evitar desperdícios e assegurar um evento bem estruturado para expositores e visitantes.

8.1.2. Essas quantidades foram estimadas com base nas condições das necessidades e nas exigências para o bom funcionamento da infraestrutura elétrica durante o evento. A especificação e dimensionamento dos itens visam garantir que a instalação elétrica atenda com segurança e eficiência todas as demandas operacionais, com uma margem de contingência para imprevistos e emergências.

8.2. Da Estimativa do valor da contratação:

8.2.1. Considerando o disposto no Art. 42, inciso IX, do Decreto Estadual 28.874 de 25/01/2024 que regulamenta a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, apresentamos abaixo o valor máximo estimado unitário e global da contratação, acompanhado de memórias de cálculo e documentos que lhe dão suporte, anexos aos autos do Processo, conforme Quadro Estimativo elaborado pela Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL (id.0057512152), devidamente aprovado (id.0057592305) pela equipe técnica do Setor requisitante.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	EMP 5	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIACÃO	PARAMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL GERAL [F + G]
LOTE 1															
1	SERVIÇO DE REALOCAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE 300 KVA TRIFÁSICO 13,8 KV/ 220-127 V 60 Hz ESTRUTURA CE3. (DESCRIÇÃO COMPLETA NA SAMS).	SERVIÇO	1	N/C	R\$ 18.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 37.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 27.500,00	16.512,62	55,04%	MEDIANA	R\$ 27.500,00
2	SERVIÇO DE REALOCAÇÃO DE POSTE EM REDE DE BAIXA TENSÃO. (DESCRIÇÃO COMPLETA NA SAMS).	SERVIÇO	1	N/C	R\$ 12.480,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 11.120,00	R\$ 12.000,00	2.092,27	18,82%	MÉDIO	R\$ 11.120,00
3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS. (DESCRIÇÃO COMPLETA NA SAMS).	SERVIÇO	1	N/C	R\$ 375.125,15	R\$ 370.000,00	R\$ 392.000,00	R\$ 320.361,00	R\$ 320.361,00	R\$ 364.371,54	R\$ 372.562,58	30.808,98	8,46%	MÉDIO	R\$ 364.371,54
4	SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE REDE ELÉTRICA EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO (DESCRIÇÃO COMPLETA NA SAMS).	SERVIÇO	1	N/C	R\$ 74.250,00	R\$ 72.000,00	R\$ 71.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 71.812,50	R\$ 71.500,00	1.818,60	2,53%	MÉDIO	R\$ 71.812,50
VALOR DO LOTE 1															R\$ 474.804,04



Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços

VALOR TOTAL	R\$ 474.804,04
VALOR DO LOTE 1	R\$ 474.804,04

LEGENDA:
NC = Não encontrado

NOTA EXPLICATIVA:
IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES

EMP1	BANCO DE PREÇOS
EMP2	CROA ENGENHARIA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 38.369.159/0001-50
EMP3	MB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - CNPJ: 41.215.535/0001-67
EMP4	QUEIROZ & SANTOS LTDA - ME - CNPJ: 14.328.819/0001-97
EMP5	VALLEN PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 12.046.372/0001-38

1) As descrições foram reduzidas neste quadro comparativo, porém se encontra completas no termo de referência (0056845178).

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento: Menor preço por LOTE. Conforme art. 40, § 2º inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:
I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

9.2. Justificativa para o parcelamento ou não da solução:

9.2.1. A contratação de uma empresa especializada em serviços elétricos para o Centro Tecnológico Vandeci Rack, durante a Rondônia Rural Show Internacional, será realizada em um único lote. A centralização em uma única empresa assegura a uniformidade dos equipamentos e a continuidade operacional, essenciais para a segurança e eficiência do evento. Essa configuração simplifica a logística e a gestão, proporcionando economia de escala e melhores condições de preço, sem comprometer a qualidade dos serviços.

9.2.2. A licitação deverá ser realizada em um único lote para garantir eficiência operacional, uniformidade técnica e segurança nas operações. A integração de todos os serviços em um único contrato assegura compatibilidade entre componentes, execução coordenada e responsabilidade centralizada, reduzindo riscos de conflitos e problemas de gestão. Esse modelo simplifica o controle administrativo e reduz custos operacionais, permitindo economia de escala e otimização de recursos, com uma única empresa coordenando a logística e execução das tarefas. Assim, a administração pública pode assegurar qualidade, segurança e continuidade das operações elétricas de forma eficiente e segura, fundamentais para o sucesso do evento.

9.2.3. Essa estratégia de licitação por lote se alinha com o princípio da eficiência e busca otimizar a seleção dos fornecedores, garantindo que cada parte da solução seja adquirida da maneira mais vantajosa para o Estado, sem comprometer a integridade do projeto como um todo.. Sendo assim o agrupamento em lotes, neste caso, traz vantagens e benefícios para a administração pública, quanto ao controle e gerenciamento dos serviços prestados, em observância aos termos da Súmula nº 08 do TCE/RO.

9.3. Contratações correlatas e/ou interdependentes:

9.3.1. Os elementos listados no Documento de Oficialização de Demanda 24 (0058879770) estão relacionados entre si e, no contexto da aquisição dos serviços planejada, eles demonstram uma interdependência significativa para a solução desejada.

9.4. Do Modo de Disputa: Aberto, conforme Art. 56 Inciso I da Lei 14.133/2021.

9.4.1. Conforme § 2º do Art. 28 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 79, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024, considerando os critérios estabelecidos no Art. 60 da Lei 14.133/2021, permanecendo empatado, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9.5. Das Propostas:

9.5.1. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo **90 (noventa)** dias; não podendo o licitante oferecer em quantitativo inferior ao previsto no edital, obrigando-se nos limites dela, conforme prevê o inciso IV do art. 82 Lei nº14.133/21 e entre outros requisitos para aceitação da proposta que a Unidade Gestora julgar pertinente.

9.5.2.A licitante deverá declarar em sua proposta, especificações técnicas condizentes com objeto da licitação, a ausência desta informação acarretará na desclassificação da proposta;

9.5.3. As propostas deverão conter os preços unitários em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais. Preço total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente Nacional;

9.5.4. A licitante deverá indicar em sua Proposta de Preços - CNPJ e os Dados Bancários (Banco, Agência e Conta Corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame.

10. LOCAL, HORÁRIO, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO:

10.1. Do Local/Horário da entrega:

10.1.1. Os itens locados deverão ser entregues/montados/instalados no Centro Tecnológico Vandeci Rack, localizado na BR 364, km 333, no Município de Ji-Paraná/RO. Deverão ser entregues à Comissão de Fiscalização, Controle, Avaliação e Recebimento de Materiais da Secretaria de Estado da Agricultura SEAGRI, nomeada especialmente para este fim.

10.1.2. A contratada deverá fornecer os itens de acordo com as especificações do termo de referência e edital de licitação, de forma integral. A Nota de Empenho, será disponibilizada a contratada assim que finalizar o certame licitatório havendo a habilitação do vencedor.

10.1.3. A CONTRATADA deverá garantir os serviços e a substituição dos materiais/equipamentos que apresentarem qualquer tipo de avaria ou defeito, imediatamente após a notificação da contratante, sem que haja ônus para a Administração.

10.2. Do Cronograma de Entrega/Execução:

10.2.1. A entrega de cada lote deverá ocorrer de forma integral e a execução do serviço deverá ocorrer conforme o cronograma de execução presente neste item. Ficarão a cargo da CONTRATADA os custos de frete, impostos, taxas, combustível, lubrificantes, material de consumo, abertura de covas e todo o serviço necessário para execução da entrega e montagem das estruturas, bem como outros custos a aquisição dos itens e execução dos serviços.

10.2.2. A entrega dos itens, deverão ocorrer conforme cronograma abaixo, das 08h às 18h:

Item	Início da Entrega/Execução	Conclusão da Entrega/Execução
1 ao 3	Imediata e/ou até 5 (cinco) dias a contar do recebimento da Nota de Empenho e/ou da assinatura do contrato	15/05/2025
4	23/05/2025	31/05/2025

10.3. Do Acompanhamento:

10.3.1. A entrega dos itens e a execução do serviço deverão ser entregues à Comissão de Administração e Execução do Evento 12ª Rondônia Rural Show Internacional e 6ª RondoLeite que tem por atribuição coordenar, planejar, executar e definir todos os procedimentos administrativos no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI e Fundos vinculados, conforme Portaria nº 72 de 28 de março de 2025 (0058880129), nomeada especialmente para este fim, que os receberá na área do Centro Tecnológico do Agronegócio Vandeci Rack- Ji-Paraná/RO, localizada no Km 333 da BR 364, 11 km de Ji-Paraná, sentido Presidente Médici, local de realização da Rondônia Rural Show.

10.4. Das condições de Recebimento:

10.4.1. Recebimento Provisório:

10.4.1.1. No ato da entrega para posterior verificação das conformidades dos produtos/serviços com as especificações contidas neste Termo de Referência. O recebimento supra referido dar-se-á através de recibo aposto na nota fiscal quando da sua entrega;

10.4.2. Recebimento Definitivo:

10.4.2.1. Em até 05 (cinco) dias úteis para verificação das conformidades dos produtos/serviços com as especificações contidas neste Termo de Referência, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto e consequente aceitação;

10.4.2.1.1. Os objetos desta solicitação serão recebidos em caráter definitivo após a conclusão da vistoria e o término do prazo de observação, que não poderá exceder 5 (cinco) dias, salvo em casos devidamente justificados. O recebimento definitivo ocorrerá mediante comprovação da conformidade dos objetos com os termos contratuais e a consequente aceitação.

10.4.2.2. Caso, após o recebimento provisório, seja constatado que os materiais/serviços foram entregues de forma incompleta, em desacordo com as especificações ou com a proposta, o prazo para o recebimento definitivo será interrompido e o prazo de pagamento suspenso até que a situação seja devidamente corrigida.

10.6.2.3. O recebimento provisório e definitivo não exime a contratada de sua responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem de sua responsabilidade ético-profissional pela execução perfeita do contrato, conforme os limites estabelecidos em lei.

10.4.2.4. A contratada deverá permitir e proporcionar condições para a mais ampla e completa fiscalização, fornecendo as informações necessárias, garantindo acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela comissão de fiscalização e/ou coordenação do evento.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1. As despesas do presente processo correrão por conta das Atividades abaixo detalhada, conforme o Plano Plurianual, PPA 2024-2027 (id.0056771641) e LOA nº 5.982 de 29 de janeiro de 2025.

Programa	Ação	Especificação	Fonte	Natureza de Despesa
19.001.20.608.2003	2023	Incentivar a Cadeia Produtiva Agropecuária	1500	33.90.39
19.017.20.608.2004	1087	Promover a cadeia produtiva do agronegócio Leite	1899	33.90.39

11.2. Nos termos do Art. 12 Inciso VI § 1º da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 30 do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, informamos que o Plano de Contratação Anual (PCA) da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI, para o exercício de 2025, encontra-se em fase de elaboração, conforme o Processo SEI nº 0025.000364/2025-78. Este processo reflete o compromisso da Secretaria com o planejamento adequado das contratações públicas, em consonância com os princípios da transparência, eficiência e economicidade previstos na legislação vigente. Destacamos que a inclusão do objeto desta licitação no PCA de 2025 será realizada assim que o plano estiver concluído e aprovado, assegurando conformidade com o planejamento estratégico das ações da Secretaria. É importante ressaltar que a presente locação já está contemplada no Plano Plurianual 2024-2027 (0056771641), o que reforça a sua vinculação ao planejamento governamental de médio prazo e à execução orçamentária correspondente. Dessa forma, garantimos que a tramitação deste processo seguirá todas as etapas necessárias para atender às normas legais e regulamentares, promovendo a devida publicidade e controle no âmbito da administração pública. Quanto à intempestividade na elaboração do Plano de Contratação Anual - PCA, justificamos que a Secretaria de Estado da Agricultura encontra-se em fase de implementação e a capacitação das equipes para adequação às diretrizes legais, garantindo a conformidade e qualidade do PCA, conforme Justificativa (0058885519).

12. SUBCONTRATAÇÃO:

12.1.Fica permitido até 50% (cinquenta por cento) a subcontratação do valor total do contrato, apenas o item 04 (**SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE REDE ELÉTRICA EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO**), de acordo com art. 122 da Lei 14.133/21, que determina que "contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.", haja vista a peculiaridade dos serviços supracitados que devem ser executados, com capacidade técnica especializada, especialmente porque o evento ocorrerá no interior do Estado de Rondônia.

13. APLICAÇÃO DA COTA 25% PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP:

13.1. Evidencia-se que o Art. 8º do Decreto Estadual nº 21.675/2017, que prevê a reserva de até 25% (vinte e cinco por cento) do item ou lote para a contratação de pequenas empresas, **não será aplicado neste caso**, uma vez que o objeto da licitação **não possui natureza divisível**, e sua divisão poderia comprometer a qualidade e eficiência na execução dos serviços contratados.

14. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO:

14.1. Fica vedada a participação de empresas constituídas em forma de Consórcio, nos termos do Art. 15 da Lei Nº 14.133/2021. Essa restrição se justifica pela necessidade de garantir maior eficiência na execução contratual, evitando possíveis dificuldades administrativas e operacionais decorrentes da gestão compartilhada entre empresas consorciadas. A execução dos serviços elétricos exige alta coordenação técnica, padronização nos processos e resposta ágil a eventuais demandas emergenciais, o que pode ser comprometido pela estrutura fragmentada de um consórcio.

14.2. Além disso, a restrição busca assegurar maior responsabilização contratual e mitigação de riscos na execução dos serviços, uma vez que, em consórcios, há divisão de responsabilidades entre as empresas participantes, o que pode dificultar a fiscalização e a exigência de cumprimento das obrigações contratuais. Como se trata de um evento de grande porte, com prazos rígidos para a conclusão dos serviços, é essencial que a contratada tenha plena capacidade técnica e administrativa, garantindo o cumprimento dos cronogramas estabelecidos sem entraves decorrentes da complexidade inerente às estruturas consorciadas.

15. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM FORMA DE COOPERATIVA:

15.1. Fica vedada a participação de cooperativas, visto que a execução do serviço deve ser realizada exclusivamente por empresas especializadas, nos termos do Art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

16.1. Considerando o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU/CGU, a aquisição dos itens previstos não incorrerá em impactos negativos ao ambiente e, via de consequência aos direitos humanos.

16.2. A contratação de uma empresa especializada em serviços elétricos para o Centro Tecnológico Vandeci Rack, apesar de ser planejada para garantir segurança e eficiência, pode ter alguns impactos ambientais, diretos e indiretos. Abaixo estão descritos os possíveis impactos e medidas que podem ser tomadas para minimizá-los:

- 1. Geração de Resíduos Eletroeletrônicos:** A substituição de cabos, componentes elétricos e transformadores gera resíduos eletroeletrônicos, que, se descartados de maneira inadequada, podem liberar substâncias tóxicas no solo e na água, como metais pesados. Esses resíduos requerem um descarte especial para minimizar o risco de contaminação ambiental.
- 2. Consumo de Recursos Naturais:** A fabricação e substituição de materiais elétricos, como cabos de cobre, conectores e transformadores, exigem recursos naturais, principalmente metais e plásticos. A extração e produção desses materiais geram impactos ambientais associados à mineração, como destruição de ecossistemas e emissão de gases poluentes.
- 3. Impactos na Fauna e Flora Local:** Caso a realocação de postes e transformadores exija intervenções no solo ou áreas vegetadas, pode haver distúrbios na flora e fauna local. O uso de máquinas pesadas e a movimentação de materiais podem interferir temporariamente nos ecossistemas locais, provocando ruído e impactos físicos no solo.

16.3. Para minimizar os impactos ambientais decorrentes da contratação, podem ser adotadas as seguintes medidas:

- 1. Descarte e Reciclagem Adequados:** Os resíduos eletroeletrônicos e cabos substituídos devem ser recolhidos e encaminhados para empresas de reciclagem certificadas, especializadas em tratamento de resíduos elétricos. Isso evita a contaminação ambiental e possibilita o reaproveitamento de materiais como cobre, alumínio e plástico.
- 2. Uso de Materiais de Baixo Impacto:** A empresa contratada pode ser incentivada a utilizar materiais e componentes com certificação ambiental e, sempre que possível, produtos reciclados ou de origem sustentável, reduzindo a demanda por novos recursos naturais.
- 3. Planejamento e Minimização de Intervenções no Solo:** Ao realizar a realocação de postes e transformadores, é importante que a empresa utilize técnicas que minimizem a movimentação de terra e as intervenções em áreas naturais. O planejamento da obra deve incluir uma análise ambiental prévia para evitar danos a áreas vegetadas ou habitats de fauna.
- 4. Monitoramento do Consumo Energético:** O monitoramento do consumo de energia e o uso de sistemas de eficiência energética contribuem para a redução do impacto ambiental da operação elétrica no evento, diminuindo a sobrecarga na infraestrutura e promovendo um consumo mais sustentável.

16.4. Embora a contratação possa gerar alguns impactos ambientais negativos, especialmente relacionados ao descarte de resíduos e consumo de recursos, esses impactos podem ser mitigados com práticas sustentáveis, planejamento e comprometimento com a responsabilidade ambiental. A adoção de medidas de mitigação não apenas reduz os possíveis impactos, mas também alinha a operação do evento aos princípios de sustentabilidade e preservação ambiental.

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (Capítulo IX Art. 188 a 192 do Decreto nº 28.874 que regulamenta a Lei 14.133/2021, Art. 141, Capítulo X)

17.1. O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, conforme previsto no Art. 190 do Decreto Regulamentador 28.874/2024.

§ 1º O decurso do prazo previsto para o pagamento, constitui a Administração em mora, devendo automaticamente ser incluído no valor devido ao contratado os encargos financeiros da mora.

§ 2º Em caso de atraso por parte da Administração, caso a soma dos prazos de recebimento ou medição e de pagamento ultrapasse o prazo regular, aplica-se o § 1º deste artigo.

§ 3º O pagamento em atraso de maneira reiterada ou deliberada sujeita o agente público responsável pelo atraso às penalidades previstas na legislação

- a) Nota fiscal; (Em nome da fonte pagadora, conforme dados contidos na Nota de Empenho)
- b) Termo de Recebimento Definitivo do objeto;
- c) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);
- d) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) Certidão de Regularidade perante a Justiça do – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, 07/07/2011).

17.2. As Notas Fiscais, deverão ser emitidas em 2 (duas) vias, devendo conter no corpo da Nota Fiscal, a descrição do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária para depósito do pagamento.

17.3. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária - OB e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada.

17.4. As Notas Fiscais, deverão ser emitidas em nome da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, CNPJ: 03.682.401/0001- 67 OU através do Fundo de Investimento e Apoio ao Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira do Estado de Rondônia - PRÓ-LEITE, CNPJ: 12.443392/0001-42. Endereço: Av. Farquar, nº 2986 Bairro Pedrinhas – CEP 76.801-470 – Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari (*posteriormente será informado*).

17.5. No caso de prestação adicional de serviços, a empresa contratada deverá emitir duas notas fiscais distintas: uma para a fornecimento do material e outra para o serviço prestado. Alternativamente, é permitido emitir uma única nota fiscal, desde que esta discrimine de forma clara e separada os valores correspondentes à locação e aos serviços, garantindo assim a adequada tributação e conformidade com as disposições fiscais pertinentes.

17.6. Não será efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17.7. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

17.8. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal (eletrônica), a SEAGRI a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

17.9. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

17.10. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

17.11. A SEAGRI efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

17.12. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal (eletrônica), a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e cópia do Contrato Social da Empresa.

17.13. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (encargos moratórios) devida, entre a data referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim, apurado:

$I = i/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

18.1. Aplicação da Margem de Preferência:

18.1.1. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação, visto que não se enquadra nos moldes do art. 26, §1º da Lei nº 14.133/21.

18.1.2. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/21, documentação relativa a:

18.2. Habilitação Jurídica:

18.2.1. Serão solicitadas as documentações conforme prevê a Lei Nº 14.133/2021.

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do Decreto nº 11.802/2023

f) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

g). No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

18.2.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

18.3. Qualificação Econômico Financeira:

a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de **10% (dez por cento)** do valor estimado do item que o licitante estiver participando.

b.1) No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;

b.2) Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

b.3) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

b.4) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

18.3.1. As regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

18.3.2. Justificativa da necessidade de solicitação de qualificação econômico-financeira:

18.3.2.1. Será exigido que a empresa apresente o balanço patrimonial de no mínimo 10% do valor da licitação. Isto é, a comprovação de patrimônio líquido ou capital social no percentual mínimo de 10% do valor estimado da contratação, tendo em vista garantir segurança jurídica para o gestor, para a equipe de planejamento, assim como aos demais agentes públicos que participam do processo criacional, garantindo isonomia e vantagem para a Administração Pública. De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, a exigência de habilitação financeira, por meio da apresentação de balanço patrimonial, é um requisito legal que visa assegurar a capacidade econômico-financeira das empresas participantes.

18.3.2.2. Exigir que o balanço patrimonial seja, no mínimo, 10% do valor total da licitação assegura que a empresa vencedora do pregão possui uma base financeira sólida, reduzindo o risco de inadimplência e garantindo que ela tem recursos suficientes para cumprir com as obrigações contratuais. Além disso, a comprovação da saúde financeira da empresa reduz o risco de problemas durante a execução, oferecendo maior segurança ao contratante. Empresas que conseguem apresentar o balanço patrimonial conforme exigido demonstram mais capacidade de enfrentar imprevistos e dificuldades financeiras, o que reduz o risco de problemas na execução do contrato, garantindo a entrega e a qualidade dos itens ou serviços contratados. A exigência de um balanço patrimonial mínimo como critério de habilitação financeira é uma medida de precaução que ajuda a garantir que as empresas participantes tenham a capacidade financeira para cumprir os termos do contrato, o que protege os interesses do contratante e assegura a execução do contrato em conformidade com o exigido.

18.4. Relativos à regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

18.5. Relativos à Qualificação Técnica-profissional e Técnico-operacional o licitante deverá observar o Art. 67 da Lei 14.133/2021 no que couber, onde ressaltamos:

18.5.1. Qualificação Técnica-profissional:

18.5.1.1. Com base no art. 67, referente a documentação relativa à qualificação técnico-profissional será exigida a apresentação de cadastro ativo da licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), também será necessário apresentar o registro de profissional vinculado a empresa, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes. Essas exigências têm finalidade de garantir que os licitantes possuam qualificação técnica adequada para a execução dos serviços.

18.5.2. Atestado de qualificação técnico-operacional:

18.5.2.1. A licitante deverá apresentar atestados de qualificação técnico-operacional que comprovem a execução dos serviços de no **mínimo de 30% dos itens de maior relevância técnica** em características semelhantes.

18.5.2.2. A licitante deverá apresentar atestados técnicos que comprovem a execução para o item: **ITEM 03: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS;**

18.5.3. Justificativa para a Exigência de Atestados de Qualificação Técnico-Operacional:

18.5.3.1. Diante desse cenário, é imprescindível garantir que a empresa contratada possua experiência comprovada na execução de serviços de mesma natureza e porte, assegurando a correta instalação, manutenção e operação dos sistemas elétricos. A exigência dos atestados visa atestar a capacidade técnica da empresa, garantindo a segurança operacional, a continuidade do fornecimento de energia e a prevenção de falhas que possam comprometer o funcionamento do evento. Além disso, conforme os critérios técnicos estabelecidos, exige-se a apresentação de atestados que comprovem a execução, pela empresa contratada, de no mínimo 30% dos itens de maior relevância. Essa medida busca assegurar que a contratada detenha conhecimento técnico suficiente e experiência específica para lidar com os aspectos mais críticos da infraestrutura elétrica, minimizando riscos e garantindo a conformidade com as normas vigentes. A apresentação desses documentos é fundamental para atender aos princípios da eficiência e economicidade, evitando riscos de execução inadequada, retrabalho ou interrupções que possam impactar negativamente as atividades realizadas no local.

18.6. Outras Declarações:

18.6.1. A licitante deverá apresentar declaração cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Conforme Art 63, Inciso IV da Lei 14.133/2021

18.6.2. O Licitante deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. Conforme Art 63, Inciso IV, §1º da Lei 14.133/2021.

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

IV - será exigida do licitante **declaração** de que cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos **para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal**, nas **leis trabalhistas**, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

19. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1. Os direitos e deveres, bem como as respectivas sanções, decorrentes desta aquisição serão regulados especificamente pelas disposições do Capítulo I - Das infrações e Sanções Administrativas, respectivamente do art. 155 à 163 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, conforme legislações específicas e citação abaixo:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total do contrato;

IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras: I – quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade; II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I – interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

- II – suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III – suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei. Parágrafo único. (VETADO).

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II – pagamento da multa;

III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

19.2. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/21, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, estará sujeita à aplicação de multa moratória/compensatória, tendo como percentual mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo, de até 30% do valor do contrato, conforme tabela abaixo:

Grau de Gravidade	Descrição da Infração	Percentual da Multa
Leve	Infrações que causam pequenos inconvenientes ou atrasos, sem prejuízo significativo ao contrato ou ao erário.	Até 5% do valor do contrato
Média	Infrações que afetam a qualidade do serviço ou produto entregue, mas sem comprometer a integridade do objeto contratado.	De 5,1% a 10% do valor do contrato
Grave	Infrações que comprometem seriamente a qualidade ou execução do contrato, gerando risco de prejuízo ao erário ou à segurança.	De 10,1% a 20% do valor do contrato
Muito Grave	Infrações que causam dano direto ao erário, à segurança dos envolvidos, ou inviabilizam a execução do contrato.	De 20,1% a 30% do valor do contrato

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	Grau de Gravidade	MULTA
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico e/ou lesão corporal;	Grave	20%
2.	Permitir situação que cause dano físico e/ou lesão corporal;	Muito grave	30%
3.	Inexecutar totalmente o objeto da licitação, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;	Muito Grave	30%
4.	Interromper, executar/entregar parcialmente e/ou de forma incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, de forma que comprometa a integridade do objeto contratado;	Grave	20%
5.	Interromper, executar/entregar parcialmente e/ou de forma incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, de forma que cause pequenos inconvenientes ou atrasos, sem prejuízo significativo ao contrato ou ao erário;	Leve	2%
6.	Realizar a entrega do objeto da licitação em desacordo com as especificações técnicas contidas no Edital de Licitação;	Grave	20%
Para os itens a seguir, deixar de:			
7.	Efetuar o pagamento a rede credenciada/prestadores de serviços, e/ou fornecedores envolvidos na execução do objeto, inclusive seguros, encargos fiscais, sociais e trabalhistas, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato;	Grave	20%
8.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da equipe de Coordenação/Fiscalização;	Grave	15%
9.	Cumprir a execução/entrega do objeto nos prazos estabelecidos no cronograma;	Grave	20%
10.	Disponibilizar os equipamentos, EPIs, e demais instrumentos necessários à perfeita execução do objeto da licitação, considerando legislações e Normas vigentes, necessários à realização dos serviços do escopo do contrato;	Grave	15%
11.	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa/negligência/imperícia, em veículos, equipamentos, pessoas, entre outros;	Grave	20%
12.	Encaminhar nos prazos estabelecidos, Nota Fiscal e/ou documento equivalente, juntamente com demais documentos de habilitação atualizados;	Leve	5%
13.	Substituir funcionário/prestador de serviço que se porte de forma inconveniente/desrespeitosa ou não atenda as exigências técnicas referentes ao objeto do contrato;	Leve	5%

14.	Assinar contrato ou documento equivalente no prazo estabelecido no Termo de Referência;	Grave	20%
15.	Prestar garantia exigida no Termo de Referência;	Grave	20%
16.	Substituir estruturas, equipamentos, itens que compõe o objeto conforme previstos nas obrigações da contratada expressos no Termo de Referência;	Grave	20%
17.	Fiscalizar/controlar/fornecer suporte a rede credenciada/prestadores de serviço/fornecedores, a fim de garantir a execução do objeto	Média	10%

20. DEVERES CONTRATUAIS:

20.1. Do Contratado:

20.1.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratada, também se incluem os dispositivos a seguir:

20.1.2. A Contratada se obriga a aceitar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites do Artigo 125 da Lei 14.133/21 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da (s) proposta (s) Contratada (s), diante de necessidade comprovada da Administração.

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

20.1.3. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

20.1.4. Entregar os serviços e materiais nas especificações contidas neste Termo de Referência;

20.1.5. Entregar os serviços e materiais na forma e prazo estipulados.

20.1.6. Entregar os serviços e materiais nas quantidades indicadas pelo órgão requisitante;

20.1.7. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto;

20.1.8. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE,

20.1.9. Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobre tudo qualquer dificuldade encontrada;

20.1.10. Ficarão a cargo da CONTRATADA os custos de frete, impostos, taxas e etc., que venham a incidir sobre a aquisição objeto deste Termo de Referência;

20.1.11. Responsabilizar-se por todos os transportes dos produtos em caso de necessidade de reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir.

20.1.12. A contratada deverá substituir, às suas expensas, os itens que forem rejeitados por esta Comissão de Fiscalização, Controle, Avaliação e Recebimento de Materiais da Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI, nomeada especialmente para este fim, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos, danos ou não estiver de acordo com a especificação do termo de referência no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

20.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

20.1.14. Arcar com todas as despesas destinadas a cobertura de seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

20.1.15. Ao seguir esses requisitos, a empresa contratada garantirá a integridade física e funcional, bem como o bem-estar do público durante a 12ª Edição da Rondônia Rural Show, contribuindo para o sucesso do evento e a satisfação de todos os envolvidos.

20.1.16. A empresa contratada, deverá comunicar verbalmente e, por escrito, no prazo 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer alterações ou acontecimento que impeçam mesmo temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do Termo Contratual considerando o Cronograma de Execução para os itens 1 ao 3, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior.

20.1.17. A contratada deverá manter um preposto com equipe técnica: 1 (um) engenheiro eletricista, 1 (um) eletricista e 2 (dois) auxiliares, garantindo atendimento imediato e solução ágil em caso de ocorrências durante o evento, visando atender prontidão as emergências que vier surgir durante o período integral do evento conforme especificações técnica do item 04 do cronograma de execução.

20.1.18. Prestarem todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

20.2. Dos bens patrimoniais e de consumo:

20.2.1. A empresa Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e Acórdão 0964-14/12-P, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, TCU;

20.2.2. A contratada fica obrigada a cumprir plenamente o previsto no Art. 121, da Lei nº 14.133/21;

Art. 121. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato

20.2.3. A licitante deverá apresentar para a conduta do certame, declarações que consta em campo próprio do Sistema Gerenciador de Licitação - Comprasnet, utilizado pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL para condução dos certames, a opção de declarações previstas no rol de declarações do referido sistema:

1. Apresentar a Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
2. Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.
3. Apresentar a Declaração de ME/EPP.
4. Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.
5. Apresentar a Declaração de Menor.
6. Apresentar a Declaração Independente de Proposta.
7. Apresentar a Declaração de Acessibilidade.
8. Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.
9. Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

20.3. Da Contratante:

20.3.1. Fiscalizar todo o processo, buscando garantir, que o objeto da aquisição, seja fornecido em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;

20.3.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;

20.3.3. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis devendo, caso seja necessário, aplicar à mesma as penalidades legais cabíveis;

20.3.4. Devolver o material caso não esteja dentro das especificações constantes do presente Termo de Referência, ficando a CONTRATADA sujeita às sanções.

20.3.5. Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa fazer a entrega dos materiais dentro das especificações técnicas recomendadas, suas quantidades e periodicidade solicitadas.

20.3.6. Receber as Notas Fiscais e conferir se estão em conformidade com o objeto. Devendo posteriormente, encaminhá-la para pagamento, de acordo com as condições legais;

20.3.7. Efetuar o pagamento à contratada, após apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pela Comissão de Administração e Execução da Rondônia Rural Show Internacional, nomeada especialmente para este fim, conforme Portaria nº 72 de 28 de março de 2025 (0058880129). A Nota Fiscal deverá atender às exigências dos órgãos de Fiscalização, inclusive quanto ao prazo da autorização para sua emissão;

21. CONTRATO:

21.1. Considerando os termos do art. 95 da lei nº 14.133/21, o contrato não será dispensado.

21.2. A contratada deverá assinar o contrato e dar o recebimento na nota de empenho quando convocada a fazê-lo, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**;

22. REAJUSTE CONTRATUAL:

22.1. Durante o período de vigência do Contrato, os reajustes de valores serão conduzidos de acordo com a previsão no ordenamento do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

22.2. Do Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos:

22.2.1. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público, conforme redação do art. 150 a 153 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 150. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público.

§ 1º A Administração deverá indicar o critério de reequilíbrio de preços, que deverá ser sob a forma de reajuste em sentido estrito, com a previsão de índices específicos ou setoriais, ou por repactuação, pela demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

§ 2º Sob pena de nulidade, cláusula de reajuste vinculada a variações cambiais ou ao salário-mínimo, só poderá ser admitida mediante justificativa específica, observadas as prescrições legais.

Art. 151. O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito.

§ 1º Apresentado no prazo estipulado no caput deste artigo, os efeitos financeiros retroagirão à data-base prevista na convenção coletiva de trabalho ou à data de ocorrência do fato gerador.

§ 2º Caso o pedido seja feito fora do prazo previsto no caput deste artigo, os efeitos financeiros serão contados a partir da data de recebimento do pedido pela contratante, sendo vedado ao ordenador de despesa conceder efeito retroativo aos efeitos financeiros.

§ 3º A contratada para a execução de remanescente de obra ou serviço tem direito ao reajuste ou repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação.

Art. 152. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos seguintes, deverão ser instruídos com:

I - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

II - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

III - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

IV - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

Art. 153. Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise.

22.3. Do Reajustamento em Sentido Estrito:

22.3.1. O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices combinados, específicos ou setoriais, conforme preceitua o Art. 154 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 154. O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices combinados, específicos ou setoriais.

§ 1º Nas hipóteses em que o valor dos contratos de serviços continuados sejam preponderantemente formados pelos custos dos insumos, poderá ser adotado o reajuste de que trata este artigo.

§ 2º O reajustamento deverá observar o índice específico ou setorial previsto no contrato, bem como o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar do orçamento estimado definitivo da Administração, ou, de forma justificada, o Edital pode prever outra data-base, como a data da apresentação da proposta ou a data do orçamento a que essa proposta se referir, ou do último reajustamento levado a efeito no contrato.

§ 3º Caso haja a prorrogação do contrato, o contratado deverá ressaltar expressamente sua pretensão ao reajustamento de preços previamente à prorrogação do contrato ou em termo aditivo, sob pena de preclusão.

§ 4º Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, esta deverá ser levada em consideração quando da análise técnica acerca do reajuste, de modo a evitar a sobreposição indevida dos institutos.

§ 5º Deverão ser excluídos do cálculo do efeito financeiro do reajustamento eventuais parcelas cuja execução ou fornecimento se encontrem atrasadas por culpa do contratado.

§ 6º Em caso de paralisação ou aditamento de prazo em obras públicas, que venha a ultrapassar o prazo previsto em contrato para a execução, ter-se-á que as parcelas contratuais excedentes ao prazo original serão reajustadas pelo índice previsto no instrumento convocatório, desde que devidamente justificado pela contratante e que o contratado não tenha dado causa ao atraso na execução.

§ 7º O registro do reajustamento de preços poderá ser formalizado por simples apostila, conforme o art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observada a minuta padronizada aprovada pela Procuradoria-Geral do Estado, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.

§ 8º É nula qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a um ano.

22.4. Do pedido do reajuste, fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 155. O pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

22.5. Da escolha do índice conforme Art. 156. do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 156. A escolha do índice de reajuste observar-se-á o critério da especialidade e da setorialidade, analisando se para o objeto contratual há índice específico de reajuste.

22.5.1. Considerando que o reajuste de preços pode ser realizado mediante aplicação de índice de reajuste ou por demonstração analítica da variação dos custos, será utilizado o índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) para os respectivos cálculos. A data-base será vinculada à data do orçamento estimado, sendo que o critério de aplicação deverá ser aquele que, de maneira mais vantajosa, atenda às especificidades do objeto contratual, conforme estabelece o §7º do artigo 25 da Lei nº 14.133/21.

23. DA VIGÊNCIA E EXTINÇÃO CONTRATUAL:

23.1. Da Vigência Contratual:

23.1.1. A vigência inicia-se na assinatura deste contrato e estende-se até o final do prazo de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade da administração.

23.2. Da Extinção Contratual:

23.2.1. Considerando à possibilidade de extinção contratual dispostas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser observado:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no **caput** deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 desta Lei](#) deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

Art. 139. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

24. CONCLUSÃO:

24.1. Ao expor claramente a motivação para contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de equipamentos e prestação de serviços elétricos no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO, pretende evidenciar o ato administrativo como revestidos de todos os seus requisitos formais e materiais, no intuito de torná-lo eficaz em sua plenitude. Trata-se incontestavelmente de ato vinculado ou regrado, porque se enquadra entre aqueles para os quais a Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021 e do Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, que estabelecem os requisitos e condições de sua realização

24.2. Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas oficialmente protocoladas ou por meio eletrônico, junto a sede da contratada.

24.3. Para elaboração do presente Termo de Referência foi utilizado o Modelo Padrão, considerando às necessidades adequação da Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI, estabelecidas na solicitação através do Documento de Oficialização de Demanda 24 (0058879770) e Estudo Técnico Preliminar 31 (0058879814).

24.4. Será realizado consulta através do site da Fazenda (<https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21>) referente as empresas fornecedoras optante pelo simples nacional.

24.5. As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da **Lei nº 14.133/2021** e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

24.6. Poderão ser motivos de rescisão contratual, as hipóteses descritas no art. 137 da Lei 14.133/2021, podendo a mesma ser unilateral, consensual, ou determinada por decisão arbitral, nos termos e condições do art. 138, incisos I, II e III, da referida lei.

24.6.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos do Art. 138, § 2º, I, II e III da Lei 14.133/2021.

Observação: Vale ressaltar que diante das Legislações vigentes, esta unidade (Secretaria de Estado da Agricultura-SEAGRI) está obrigada a realizar as retenções de acordo com o cumprimento dos dispositivos legais.

MINUTA DE CONTRATO

(De acordo com a Cartilha de Boas práticas LGPD (id.0049114042)

CONTRATO ____/20__, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O ESTADO DE RONDÔNIA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI, E EMPRESA_____. CELEBRAM ENTRE SI

O ESTADO DE RONDÔNIA, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI/RO, CNPJ 03.682.401/0001-67, sediada à Av. Farquar, nº 2786, Bairro Pedrinhas - Palácio Rio madeira, Edifício rio Jamari 3º Andar - Curso 3, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representado pelo representante por seu Secretário de Estado, LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA, portador do CPF/MF nº ***.667.682-**, e a empresa _____, CNPJ/MG nº _____, situado na Rua _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, brasileira (o), portadora (o) da cédula de identidade sob o nº _____. expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de _____ e CPF sob o nº _____.xxx.xxx-**, celebram o presente Contrato, decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0025.000188/2025-74, para Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de equipamentos e prestação de serviços elétricos no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO..

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de equipamentos e prestação de serviços elétricos no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO DOS BENS

Os bens adquiridos serão aqueles estabelecidos no Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE ENTREGA DOS BENS

Conforme o item **10 e subitens** do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor do respectivo contrato é de _____, conforme a oferta final de preço proposto pela CONTRATADA, correspondendo ao objeto definido no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA DESPESA

As despesas do presente processo correrão por conta das Atividades abaixo detalhada, conforme o Plano Plurianual, PPA 2024-2027 (id.0056771641) e LOA nº 5.982 de 29 de janeiro de 2025.

Programa	Ação	Especificação	Fonte	Natureza de Despesa
19.001.20.608.2003	2023	Incentivar a Cadeia Produtiva Agropecuária	1500	33.90.39
19.017.20608.2004	1087	Promover a cadeia produtiva do agronegócio Leite	1899	33.90.39

Nos termos do Art. 12 Inciso VI § 1º da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 30 do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, informamos que o Plano de Contratação Anual (PCA) da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI, para o exercício de 2025, encontra-se em fase de elaboração, conforme o Processo SEI nº 0025.000364/2025-78. Este processo reflete o compromisso da Secretaria com o planejamento adequado das contratações públicas, em consonância com os princípios da transparência, eficiência e economicidade previstos na legislação vigente. Destacamos que a inclusão do objeto desta licitação no PCA de 2025 será realizada assim que o plano estiver concluído e aprovado, assegurando conformidade com o planejamento estratégico das ações da Secretaria. É importante ressaltar que a presente locação já está contemplada no Plano Plurianual 2024-2027 (0056771641), o que reforça a sua vinculação ao planejamento governamental de médio prazo e à execução orçamentária correspondente. Dessa forma, garantimos que a tramitação deste processo seguirá todas as etapas necessárias para atender às normas legais e regulamentares, promovendo a devida publicidade e controle no âmbito da administração pública. Quanto à intempestividade na elaboração do Plano de Contratação Anual - PCA, justificamos que a Secretaria de Estado da Agricultura encontra-se em fase de implementação e a capacitação das equipes para adequação às diretrizes legais, garantindo a conformidade e qualidade do PCA, conforme Justificativa (0058885519).

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

Conforme item 17 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratada, também se incluem o disposto no item 20.1 e 20.2 do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratante, também se incluem o disposto no item 20.3 do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTA:

Sem prejuízo das sanções cominadas no Capítulo I - Das infrações e Sanções Administrativas, respectivamente do art. 155 à 163 da Lei nº 14.133/21e em demais legislações correlatas, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas no item 19 do termo de referência, caso presente alguma das situações ali previstas.

CLÁUSULA DEZ - DA RESCISÃO

Poderão ser motivos de rescisão contratual, as hipóteses descritas no art. 137 da Lei 14.133/2021, podendo a mesma ser unilateral, consensual, ou determinada por decisão arbitral, nos termos e condições do art. 138, incisos I, II e III, da referida lei.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos do Art. 138, § 2º, I, II e III da Lei 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na Imprensa Oficial será providenciada até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de até vinte dias dessa data.

CLÁUSULA DOZE – DA VIGÊNCIA E EXTINÇÃO CONTRATUAL

A vigência inicia-se na assinatura deste contrato e estende-se até o final do prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade da administração.

Considerando à possibilidade de extinção contratual, deverá ser observado o disposto nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TREZE - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA CATORZE – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, Art 92 III.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

O Foro para dirimir eventuais conflitos do contrato será o da Comarca de Porto Velho - Rondônia.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DO RISCO

Conforme Análise de Riscos 07 (0056770193), a probabilidade de ocorrências dos risco na contratação (43% BAIXO), permite a identificação das situações futuras e incertas que possam impactar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como a definição das medidas necessárias para tratar os riscos e as responsabilidades entre as partes, identificado no documento Adendo Matriz de Riscos, para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado. publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado.

Porto Velho-RO, ____ de ____ de 20____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ELABORADO:

ALINE TOPAN SUSSAI

Chefe de Núcleo de Compras Públicas - NCP/SEAGRI
Portaria nº 212 de 27 de setembro de 2023 (id.0042152112)

CIENTE E DE ACORDO:

ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO

Diretora Executiva
Comissão Organizadora e Executora dos eventos da
12ª Rondônia Rural Show Internacional
Portaria nº 72 de 28 de março de 2025

APROVADO E AUTORIZADO:

LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA

Secretário de Estado da Agricultura-SEAGRI





Documento assinado eletronicamente por **Erica Ferrão, Diretor(a) Executivo(a)**, em 04/04/2025, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo da Silva Batista, Secretário(a)**, em 04/04/2025, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0058917142** e o código CRC **B9641874**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços elétricos, com fornecimento de materiais, no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Processo nº 0025.000188/2025-74

2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Através da Portaria nº 72 de 28 de março de 2025 (0058880129), a equipe de planejamento é oficialmente designada e, portanto, autorizada a desempenhar seu papel no contexto da Rondônia Rural Show Internacional e Rondoleite. Isso garante que haja clareza sobre quem são os membros da equipe responsáveis por conduzir o planejamento e que esses indivíduos tenham o respaldo necessário para tomar decisões e coordenar esforços em direção aos objetivos do projeto.

3. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP:

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem Fundamentação legal, nos termos do art. 34 do Decreto Estadual que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, observando os princípios fundamentais que norteiam as contratações públicas:

- Princípio da Legalidade: Atuação estritamente em conformidade com as normas legais.
- Impessoalidade: Garantia de decisões objetivas e imparciais.
- Moralidade: Observância dos padrões éticos e de integridade.
- Publicidade: Transparência das informações e ações praticadas.
- Eficiência: Busca pela otimização de recursos e resultados.
- Interesse Público: Prioridade das necessidades coletivas em detrimento de interesses particulares.
- Probidade Administrativa: Compromisso com a honestidade e a ética na condução do processo.
- Igualdade: Tratamento equitativo de todos os interessados.
- Planejamento: Adoção de práticas organizadas e estratégicas para alcançar os objetivos.
- Transparência: Clareza e rastreabilidade das decisões e ações.
- Eficácia: Busca pela concretização dos resultados esperados.
- Segregação de Funções: Separação clara de responsabilidades para evitar conflitos de interesse.

É fundamental enfatizar que, uma vez que este é um processo de contratação pública, o acesso às informações relacionadas a ele estará sujeito às diretrizes da Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso à informação no âmbito público, garantindo a transparência e o cumprimento das regulamentações legais pertinentes.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A Rondônia Rural Show Internacional e a Rondoleite vêm apresentando crescimento contínuo em número de expositores e inovação tecnológica, demandando uma infraestrutura elétrica cada vez mais robusta. Esse crescimento reflete-se no aumento do consumo energético, impulsionado pelo uso de equipamentos modernos nos stands, como telões de LED, sistemas de climatização e realidade virtual, proporcionando aos visitantes uma experiência diferenciada e imersiva.

O aumento dessa demanda energética é amplamente noticiado em veículos de comunicação, como o portal [G1](#), reforçando a importância de uma infraestrutura elétrica compatível para evitar riscos à segurança e garantir a continuidade da energia durante os eventos. Uma infraestrutura subdimensionada pode gerar sobrecargas, aquecimento excessivo dos cabos, falhas na distribuição e até riscos de incêndios, tornando imprescindível a modernização da rede elétrica do Centro Tecnológico Vandeci Rack.

Diante desse cenário, faz-se necessária a substituição de componentes elétricos sujeitos ao desgaste natural, como luminárias públicas, relés e cabos, além da ampliação da capacidade da rede elétrica para suportar as novas cargas demandadas pelos expositores. A atualização da infraestrutura elétrica é fundamental para garantir a eficiência energética, a segurança dos participantes e a viabilidade do evento.

Adicionalmente, para a edição de 2025, foi aprovado o Pavilhão da Pecuária de Corte, conforme processo SEI 0025.003809/2024-91, o que torna necessária a realocação de postes da rede de baixa tensão. Essa intervenção permitirá um melhor aproveitamento da área destinada à construção da estrutura do pavilhão, assegurando a distribuição eficiente de energia elétrica.

Portanto, a contratação de uma empresa especializada para a modernização, manutenção e ampliação da rede elétrica do Centro Tecnológico Vandeci Rack não é apenas uma medida preventiva, mas sim uma necessidade estratégica para garantir a segurança, o funcionamento adequado das operações e a qualidade da experiência dos expositores e visitantes da feira.

O Centro Tecnológico Vandeci Rack, localizado em Ji-Paraná/RO, será o local de realização da Rondônia Rural Show Internacional, evento de grande porte que demanda uma infraestrutura elétrica robusta, confiável e segura para suportar o elevado consumo energético durante todo o período da feira. Diante da complexidade e das necessidades específicas da rede elétrica do local, torna-se imprescindível a contratação de uma empresa especializada para fornecer e instalar equipamentos e prestar serviços elétricos que garantam a eficiência, segurança e continuidade da distribuição de energia.

O objetivo é contratar uma empresa com qualificação técnica para monitoramento, manutenção e ajustes na infraestrutura elétrica do Centro Tecnológico. Essa contratação é essencial para minimizar riscos de interrupções no fornecimento de energia, evitar acidentes e garantir a segurança de expositores, visitantes e demais participantes. A prestação dos serviços deverá incluir o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra especializada, assegurando que o sistema elétrico funcione em plena capacidade e com segurança durante o evento.

A contratação deve abranger os seguintes serviços e fornecimentos:

1. **Monitoramento da Rede de Média Tensão:** A realização do monitoramento contínuo da rede de média tensão é necessária para identificar sobrecargas, consumo em tempo real e possíveis falhas, como aquecimento excessivo dos cabos. Esse serviço inclui a medição de consumo elétrico e verificação de aquecimento anormal dos cabos.
2. **Manutenção das Conexões da Rede de Média Tensão:** A rede elétrica do Centro Tecnológico possui uma capacidade instalada de 2.225 kVA, com 14 transformadores trifásicos. Devido ao aumento da demanda durante o evento, é fundamental realizar verificações e ajustes preventivos, evitando falhas relacionadas ao aquecimento e dilatação de cabos e conexões.
3. **Realocação de Transformador Trifásico de 300 kVA:** A realocação do transformador visa otimizar o seccionamento da rede elétrica, aumentando a capacidade de distribuição de energia e melhorando o atendimento das demandas dos expositores. A empresa deverá possuir todos os materiais e ferramentas necessários para realizar essa realocação.
4. **Realocação de Poste em Rede de Baixa Tensão:** A necessidade de incluir o Pavilhão da Agricultura na estrutura do evento implica na realocação de um poste da rede de baixa tensão. Esse serviço envolve o deslocamento de cerca de 10 metros do poste para atender a expansão do evento, seguindo as orientações técnicas da coordenação do evento.

5. **Fornecimento e Instalação de Materiais Elétricos:** A empresa deverá fornecer e instalar materiais para manutenção de luminárias públicas, substituição de cabos com emendas e troca de cabos por outros de maior diâmetro, aumentando a capacidade de condução e reduzindo o risco de aquecimento excessivo.
6. **Fornecimento de Transformador Trifásico de 150 kVA:** A aquisição de um transformador trifásico de 150 kVA é necessária como medida preventiva para substituir equipamentos em situações de emergência, garantindo a continuidade das operações em caso de falha.

A realização desses serviços é fundamental para a segurança e funcionalidade do Centro Tecnológico Vandeci Rack durante a Rondônia Rural Show Internacional, um evento de relevância econômica e social para o estado de Rondônia. A alta demanda energética impõe desafios de infraestrutura que só podem ser atendidos por uma empresa com experiência e capacidade técnica, reduzindo riscos de falhas elétricas e promovendo a segurança do público e do patrimônio.

Essa contratação, portanto, representa um investimento em infraestrutura elétrica estratégica, assegurando a continuidade e a segurança das operações durante o evento, em alinhamento com o interesse público e com os padrões de qualidade exigidos.

5. **ÁREA REQUISITANTE:**

Coordenadoria de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Aquicultura - CDAP

6. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

A contratação de uma empresa especializada é fundamental para atender às demandas elétricas do Centro Tecnológico Vandeci Rack durante a Rondônia Rural Show Internacional, em Ji-Paraná/RO. A empresa deverá possuir experiência comprovada e equipamentos adequados para realizar serviços de monitoramento, manutenção e instalação de componentes elétricos, visando garantir a segurança e eficiência do sistema elétrico durante o evento. Abaixo estão descritos os requisitos mínimos para a contratação:

A) Experiência e Qualificação Técnica

A empresa deve apresentar experiência comprovada em serviços elétricos em redes de média e baixa tensão, especialmente em eventos de grande porte e áreas com alta demanda energética. A equipe técnica deverá incluir um engenheiro eletricista com registro ativo no CREA, um eletricista qualificado para operar em redes de média e baixa tensão e dois auxiliares de eletricista com conhecimento em manutenção e suporte em sistemas elétricos.

Além disso, todos os membros da equipe devem possuir certificação em NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade) e NR-35 (Trabalho em Altura), além de treinamento em primeiros socorros e combate a incêndio. Essas qualificações garantem que os serviços sejam executados de forma segura e em conformidade com as normas vigentes.

B) Equipamentos e Ferramentas

A empresa deverá contar com um software especializado para monitoramento do consumo instantâneo de energia, permitindo o controle e análise do uso em tempo real. Além disso, deve possuir todas as ferramentas e equipamentos necessários para instalação, manutenção e substituição de componentes elétricos, incluindo medidores de consumo e temperatura, ferramentas para instalação de cabos de maior diâmetro e equipamentos para realocação de transformadores e postes.

Também é essencial o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e em conformidade com a legislação, como luvas de proteção, capacetes, óculos de segurança e vestimentas isolantes. Esses equipamentos garantem a segurança dos profissionais durante a execução dos serviços.

C) Escopo dos Serviços a Serem Prestados

Os serviços incluem **monitoramento contínuo da rede de média tensão** durante o evento, com medição de consumo, verificação de sobreaquecimento e análise de desempenho. Além disso, será realizada a **revisão e manutenção das conexões e cabos de média tensão**, incluindo inspeções e ajustes para evitar falhas devido ao aquecimento gerado pela alta demanda de energia.

Também estão previstos a **realocação de um transformador trifásico de 300 kVA**, a **realocação de um poste na rede de baixa tensão** para inclusão do novo **Pavilhão da Agricultura**, além do **fornecimento e instalação de materiais elétricos** para manutenção de luminárias públicas e substituição de cabos. Como medida preventiva, será disponibilizado um **transformador trifásico de 150 kVA reserva** para emergências.

D) Prazos e Cronograma de Execução:

A empresa contratada deverá iniciar os **serviços de preparação e monitoramento** antes do início do evento, garantindo que a infraestrutura elétrica esteja completamente operacional. Esse trabalho preventivo é fundamental para evitar falhas que possam comprometer a realização da **Rondônia Rural Show**.

Durante o evento, a equipe deverá permanecer em **regime de prontidão**, disponível para atender emergências e realizar ajustes necessários. Esse suporte contínuo assegura o bom funcionamento da rede elétrica e a rápida solução de eventuais problemas.

E) Condições Contratuais e Garantias:

A empresa deverá oferecer **garantia sobre os serviços prestados e sobre os materiais fornecidos**, assegurando sua durabilidade e conformidade com os padrões de segurança. Essa garantia é essencial para evitar custos adicionais com retrabalhos e manutenções futuras.

Além disso, o **engenheiro eletricista da empresa será o responsável técnico pelas instalações e serviços realizados**, assumindo a responsabilidade pela segurança das operações e respondendo por eventuais falhas.

F) Documentação e Relatórios:

Durante a execução dos serviços, a empresa deverá apresentar **relatórios detalhados de monitoramento e manutenção**, incluindo dados de consumo, intervenções realizadas e recomendações para otimização da rede elétrica.

Ao término do evento, será entregue um **relatório final de execução**, contendo a descrição detalhada dos serviços prestados, ajustes realizados e sugestões para manutenções futuras, garantindo transparência e eficiência na gestão elétrica do local.

Esses requisitos visam assegurar que a empresa contratada possua a capacidade técnica e estrutural para executar todos os serviços necessários de forma segura, eficiente e em conformidade com as normas vigentes, garantindo a segurança do público e a continuidade das operações elétricas durante a realização do evento.

7. **LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

Para atender às necessidades da 12ª Edição da Rondônia Rural Show Internacional, foi realizada uma análise criteriosa das opções disponíveis no mercado, considerando aspectos técnicos, econômicos e operacionais. A seguir, apresentamos as alternativas avaliadas, destacando seus benefícios e adequações às exigências do evento.

7.1. **Solução Proposta:**

7.1.1. **Solução 01 - Aquisição (Compra de Materiais e Execução Própria pela Administração Pública)**

Nesta solução, as vantagens são a redução de custos com terceirização a longo prazo e o maior controle sobre a qualidade dos materiais adquiridos. Entretanto, há a necessidade de disponibilidade de equipe técnica qualificada na administração pública, além de custos recorrentes com treinamento, manutenção e armazenamento de peças. Além disso, existe o risco de obsolescência ou subutilização dos materiais adquiridos.

7.1.2. **Solução 02 - Locação de Equipamentos e Contratação de Mão de Obra Sob Demanda**

As vantagens dessa solução incluem a flexibilidade na contratação de serviços conforme a necessidade e a redução da necessidade de manutenção contínua por parte da administração pública. Contudo, os custos acumulados podem ser mais altos no longo prazo, além da dependência de fornecedores terceirizados para reparos urgentes.

7.1.3. **Solução 03 - Contratação de Empresa Especializada para Manutenção**

As vantagens dessa solução são a garantia de manutenção preventiva e corretiva especializada, evitando falhas durante o evento; a possibilidade de um contrato prever atendimento emergencial e suporte técnico contínuo; a redução da necessidade de manter equipe interna permanente para esse serviço; e a maior previsibilidade de custos ao longo do tempo. Entretanto, essa opção exige planejamento e fiscalização eficiente dos serviços prestados, além da dependência de contratos administrativos contínuos. Entretanto, essa opção exige planejamento e fiscalização eficiente dos serviços prestados, além da dependência de contratos administrativos contínuos.

8. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

A solução para atender às demandas elétricas do Centro Tecnológico Vandeci Rack durante a Rondônia Rural Show Internacional envolve a contratação de uma empresa especializada com capacidade técnica para fornecer, instalar e manter equipamentos e serviços elétricos que garantam a segurança, confiabilidade e continuidade do fornecimento de energia. Essa solução abrange atividades de monitoramento, manutenção preventiva e corretiva, e realocação de componentes essenciais para o sistema elétrico, visando suportar a alta demanda do evento e reduzir os riscos de falhas.

A contratação atende ao interesse público ao promover um ambiente seguro, eficiente e adequado para a realização de um evento de grande porte e relevância para o Estado de Rondônia. Garante-se, assim, a prevenção de incidentes, a eficiência no uso dos recursos públicos e a satisfação dos expositores e visitantes, valorizando o compromisso da administração pública com a segurança, a continuidade e a sustentabilidade das operações no evento.

8.1. Escolha da Solução

Após análise das alternativas, a **Solução 03** se apresenta como a opção mais vantajosa para a administração pública, sendo recomendada a contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços de manutenção da rede elétrica existente, com fornecimento de materiais conforme a necessidade. Essa alternativa se justifica porque reduz custos operacionais e de armazenamento de materiais, garante manutenção preventiva e corretiva qualificada, evita falhas elétricas que podem comprometer a realização da Rondônia Rural Show e assegura maior eficiência e segurança na rede elétrica do local. Portanto, a contratação de uma empresa especializada por meio de um contrato de manutenção é a melhor estratégia para atender às necessidades do Centro Tecnológico Vandeci Rack de forma sustentável e econômica.

8.2. Justificativa Técnica e Econômica da Escolha da Solução

A escolha da Solução 03 – Contratação de Empresa Especializada para Manutenção justifica-se pela necessidade de garantir segurança, confiabilidade e continuidade do fornecimento de energia durante a 12ª Edição da Rondônia Rural Show Internacional. O evento exige uma infraestrutura elétrica robusta, capaz de suportar o crescente consumo energético dos expositores, que utilizam telões de LED, climatização e outras inovações tecnológicas. A manutenção preventiva e corretiva especializada reduz riscos de falhas, evita interrupções e assegura o pleno funcionamento da rede elétrica.

Do ponto de vista econômico, essa solução minimiza custos operacionais e elimina despesas com aquisição, armazenamento e manutenção de materiais que poderiam ficar obsoletos. Além disso, a previsibilidade financeira garantida pelo contrato de manutenção permite um planejamento mais eficiente, evitando gastos emergenciais que poderiam ser mais onerosos. Em comparação com outras alternativas, essa abordagem reduz a necessidade de mão de obra interna especializada, otimizando os recursos públicos.

Portanto, a contratação de uma empresa especializada é a opção mais eficiente e sustentável, assegurando a infraestrutura necessária para um evento de grande porte. Essa solução promove segurança para expositores e visitantes, eficiência na distribuição de energia e valorização do investimento público, consolidando a Rondônia Rural Show Internacional como um evento bem estruturado e inovador.

8.3. Da exclusão de pessoa física

Logo, pelas razões espostas, supra, têm-se como certo a exclusão de exclusão de participação de Pessoas Físicas na licitação, conforme artigo 34 inciso XIV do Decreto Estadual nº 28.874/2024, fazendo o paralelo, não se aplica, pois a contratação exige estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar (Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021).

9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

Essa estimativa contempla a necessidade de monitoramento, manutenção e melhorias na infraestrutura elétrica, visando evitar falhas e garantir a distribuição segura de energia ao longo do evento. Os itens foram definidos considerando o aumento da demanda energética, a modernização de componentes desgastados e as adequações estruturais necessárias, como a realocação de postes e transformadores.

A contratação abrangerá o fornecimento de cabos elétricos dimensionados para suportar as cargas exigidas, transformadores de alta capacidade, luminárias para reforço da iluminação pública e dispositivos de proteção contra sobrecargas e curtos-circuitos. Além disso, serão realizados serviços de inspeção preventiva, substituição de conexões e redistribuição de carga, fundamentais para minimizar riscos de interrupção e proporcionar maior eficiência ao sistema elétrico.

A definição desses itens e quantidades estimadas baseia-se em critérios técnicos e operacionais, garantindo que a estrutura elétrica do Centro Tecnológico Vandeci Rack esteja plenamente preparada para suportar as atividades do evento com segurança, confiabilidade e conformidade com as normas vigentes. Dessa forma, a estimativa reflete um planejamento estratégico para otimizar recursos, evitar desperdícios e assegurar um evento bem estruturado para expositores e visitantes, sendo:

LOTE 01 - SERVIÇOS DE MONITORAMENTO, REALOCAÇÃO DE SUBESTAÇÃO E INSTALAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA.

Item	Fonte	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
01	Cotação (0056771771)	<p>*SERVIÇO DE REALOCAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE 300 KVA TRIFÁSICO 13,8 KV/ 220-127 V 60 Hz ESTRUTURA CE3:</p> <p>A contratada deverá realizar a realocação de 1 (um) transformador trifásico, com o local a ser definido pela coordenação do evento. Em conjunto com o responsável técnico, deverá reavaliar os itens da estrutura existente para reaproveitamento, quando possível. O fornecimento e instalação de cabos, conexões e acessórios necessários para a nova subestação serão de total responsabilidade da contratada. A execução dos serviços deverá estar em conformidade com as normas técnicas vigentes, utilizando hastes de aterramento cobreadas do tipo Copperweld, com 2400 mm de comprimento, em quantidade suficiente para garantir a eficiência do sistema. As hastes deverão ser interligadas por cabo de aço cobreado com seção de 3x3 AWG, e cada conjunto deverá conter uma caixa de inspeção para as três hastes. A resistência de terra deverá ser mantida abaixo de 10,0 Ohms em qualquer época do ano. Caso esse limite seja excedido, a contratada deverá ampliar ou adequar a malha de aterramento, assegurando o atendimento aos valores exigidos pela concessionária ENERGISA.</p>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)
02	Cotação (0056771771)	<p>*SERVIÇO DE REALOCAÇÃO DE POSTE EM REDE DE BAIXA TENSÃO:</p> <p>O serviço consiste no deslocamento de 4 (quatro) postes de energia elétrica com luminária públicas para a implantação do novo Pavilhão da Agricultura, conforme orientações da coordenação do evento. A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários, incluindo a reposição de cabos, acessórios e componentes que estejam danificados ou venham a sofrer danos durante a execução. Antes do início, a contratada deverá realizar vistoria técnica <i>in loco</i>, mediante agendamento prévio com a coordenação, para avaliação e composição dos custos, garantindo que os serviços sejam executados de acordo com as normas técnicas e de segurança aplicáveis.</p>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)
03	Cotação (0056771771)	<p>* SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS</p> <p>1 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS CONEXÕES DA REDE DE MÉDIA TENSÃO: A contratada deverá realizar a revisão e manutenção das conexões e cabos de média tensão, incluindo o ajuste e inspeção das conexões para prevenir falhas causadas pelo aquecimento decorrente da alta demanda de energia. Todo o fornecimento de equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários será de responsabilidade exclusiva da contratada. Ao término dos serviços, a contratada deverá apresentar um relatório fotográfico e um laudo técnico dos serviços realizados, ambos emitidos por um engenheiro eletricista, acompanhado da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo conselho competente. AA. CONTRATADA deverá providenciar e fornecer os insumos necessários para a execução dos serviços, conforme especificado abaixo..</p> <ul style="list-style-type: none">100 METROS DE CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 185 MM: Isolação: HEPR (EPR/B)/ Seção nominal: 185mm/ Tensão nominal: 0,6/1kV/ Temperatura máxima: 90º/ Normas aplicáveis: NBR NM 280 e NBR 6251/ Norma de referência: NBR 7286 - Cabos de potência com isolamento extrudada de borracha etilenopropileno (EPBR) para tensões de 1 kV a 35 kV - Requisitos de desempenho.08 UNIDADES DE TERMINAL DE COBRE A COMPRESSAO 185MM: Material: Cobre eletrolítico/ Acabamento: Estandado/ Normas: ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410/ Condutores: Área = 185mm²/ Diâmetro do furo: 10,5/ Parafuso: Pol = 3/8/ Métrico = M10/ Funções alternativas disponíveis: 13,8 / 17,5/ Corrente: 500/ Aplicação: Painéis elétricos, ligações de chaves disjuntoras, motores, máquinas, barramentos, quadros de distribuição elétrica e outras.100 UNIDADES DE TERMINAL DE COBRE A COMPRESSAO 120MM: Material: Cobre eletrolítico/ Acabamento: Estandado/ Normas: ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410/ Condutores: Área = 120mm²/ Diâmetro do furo: 10,5/ Parafuso: Pol = 3/8/ Métrico = M10/ Funções alternativas disponíveis: 13,8 / 17,5/ Corrente: 500/ Aplicação: Painéis elétricos, ligações de chaves disjuntoras, motores, máquinas, barramentos, quadros de distribuição elétrica e outras.02 UNIDADES DE QUADRO DE COMANDO: Pintura: Eletrostática Epóxi a pó com camada mínima de 80 µm de espessura/ Abertura da porta: 180º com dobradiças em Nylon de alta qualidade fecho padrão com acionamento fenda/ Dimensões: altura 800mm x largura 600mm x profundidade 200mm (80x60x20cm)/ grau de proteção IP54/ Material: aço carbono/ Cor da placa: Laranja/ Cor: Cinza.01 UNIDADE DE DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 600A: Tensão máxima de Operação: 400V/ Corrente nominal: 600A/ Capacidade máxima de curto-circuito: 220V – 50kA, 380V – 35kA, 400V – 35kA/ Proteção Térmica Fixa/ Proteção Magnética Fixa/ Número de polos: 3/ Grau de proteção: Terminais - IP10/ Tampa de acessórios - IP20/ Recomendável para proteção térmica e magnética de circuitos elétricos de distribuição.01 UNIDADE DE DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 400A: Tensão: 400V Corrente nominal: 400A/ Capacidade máxima de curto-circuito: 220V – 50kA, 380V – 35kA, 400V – 35kA/ Proteção Térmica Fixa/ Proteção Magnética Fixa/ Número de polos: 3/ Grau de proteção: Terminais - IP10/ Tampa de acessórios - IP20/ Recomendável para proteção térmica e magnética de circuitos elétricos de distribuição.100 UNIDADES DE LUMINÁRIA PÚBLICA LED 200W: Potência: 200w/ Modelo: Luminária Pública RY para Poste/ Voltagem: Bivolt Automático (110v-220v)/ Ângulo de Abertura: 125°/ Fluxo Luminoso: 20.000 Lúmens/ Índice de Proteção: IP67/ Material: Alumínio/Cor Estrutura: Preto.130 UNIDADES DE RELÉ FOTOELÉTRICO 220V: Tensão: 220V~ 60Hz/ Tipo de contato quando desenergizado: normalmente aberto (NA) – fail-off/ Filtro de tempo: impede acionamentos indevidos devido a variações bruscas de luminosidade como raios, laser, nuvens e etc. Menor que 4 segundos para ligar ou para desligar (tipo instantâneo)/ Lux para ligar: entre 3 e 20 Lux/ Lux pra desligar: menor que 80 Lux respeitando a relação de histerese entre liga e desliga (histerese): 1,2 a 4 vezes/ Rigidez dielétrica: ≥ 2500V @ 1 min./ Sensor fotocélula de silício: fototransistor/ Tensão de surto: até 4000V / 2000A/ Consumo: menor que 0,7 W/ Índice de proteção : IP 65/ Atende a norma NBR 5123.130 UNIDADES DE BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO: Tensão de operação: Até 250 Vac - bivolt automático/ Frequência de operação: 50/60Hz/ Corrente nominal: 10A/ Rigidez dielétrica : Maior 2500V/ Seção transversal dos fios de 1,5mm² e comprimento de 25 cm/ Mapa de marcação indelevel com identificação do sentido de encaixe do relé e identificação dos terminais de encaixe/ Ligação a 3 fios: fase 1 (preto), neutro ou fase 2 (branco) e carga (vermelho)/ Intercambialidade total: pode ser utilizada com relés de qualquer fabricante/ Material/estrutura (case): Alça em aço 1020 zincada, tomada e soquete construídos em resina poliamida (nylon) reforçada com fibra de vidro e terminais de encaixe em latão estanhado/ Atende a norma NBR 5123.100 UNIDADES DE CONECTOR PERFURANTE 120/120MM: Tipo de produto: Cabo adaptador/ Tipo de cabo e adaptador: cdp/ Conector de saída: cdp/ Material de revestimento do conector: Metal/ Gênero do conector de entrada: Fêmea/ Gênero do conector de saída: Fêmea/ Conductor principal: 16-120mm²/ Derivação: 16-120mm².400 UNIDADES DE CONECTOR PERFURANTE 16/120MM: Tipo de produto: Cabo adaptador/ Tipo de cabo e adaptador: cdp/ Conector de saída: cdp/ Material de revestimento do conector: Metal/ Gênero do conector de entrada: Fêmea/ Gênero do conector de saída: Fêmea/ Conductor principal: 16-120mm²/ Derivação: 16-120mm².	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO COM EMPREGO DE MATERIAIS)

Item	Fonte	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
		<ul style="list-style-type: none">1.000 METROS DE CABO FLEXÍVEL 750V PVC 2,50MM: Isolação: Composto termoplástico (PVC) de classe térmica 70°C e tensão de isolamento 450/750 V/ Temperaturas máximas no condutor: 70ºC em serviço contínuo, 100ºC em sobrecarga, 160ºC em curto-circuito/ NORMAS APLICÁVEIS NBR 247-3: Cabos Isolados com Policloreto de Vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750V/ Cor: Preto.1.000 METROS DE CABO ALUMÍNIO QUADRUPLIX COLORIDO 3X120,00 MM² + NEUTRO NÚ 120,00 MM²: Condutor Alumínio Classe de encordamento: 2/ Isolacao do condutor: XLPE/ Temperatura de isolamento: 90 Graus/ Velas: Preto/Cinza/Vermelha+Nu/ Cor da capa externa: Preta,Cinza e Vermelha/ Tensão: 1kV/ Número de vias: 4 Bitola: 120,00 MM².40 UNIDADES DE ALÇA PREFORMADA CABO ALUMÍNIO NÚ 70MM 2/0AWG: Alça preformada de distribuição para condutores multiplexados de alumínio nú e ramais de ligação CA/CAA/ Aplicação Utilizada para ancoragem de cabos em entrada de unidades consumidoras. Condutor AWG/mm: CAA: # 2/0; 6/1/ CA: # 2/0 7fios/ Seção : 70mm².40 UNIDADES DE ROLIANA DE PORCELANA VERTICAL POSTE: Material: Porcelana de alta resistência Tensão nominal: Adequado para faixas de tensão de 10 kV a 35 kV/ Resistência mecânica: Alta resistência a cargas e tensões mecânicas/ Superfície: Lisa e livre de imperfeições para uma passagem suave do cabo/ Material da roldana: Porcelana/ Altura - 7 cm/ Largura - 15 cm/ Comprimento - 15 cm.20 UNIDADES DE ARMAÇÃO SECUNDÁRIA S2 ESTRIBO GALVANIZADO: Armação Secundária pesada, galvanizada a fogo. Utilizada para sustentação do isolador roldana.60 UNIDADES DE PARAFUSO 16/300: Parafuso cabeça quadrada (máquina) 16x300mm/ Material: Aço Galvanizado com Porca M16.12 UNIDADES DE ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 6A: Elo fusível para chave de distribuição até 36,2kv, fabricado conforme nbr7282. Corrente nominal 6A. Curva tipo k. Cabeça fixa. Comprimento : 500mm. Capacidade de interrupção máxima: - 15kv : 10ka assimétrica / 7,1ka simétrica; - 24,2kv : 8ka assimétrica / 5,7ka simétrica; - 36,2kv : 5ka assimétrica / 3,6ka simétrica. Característica construtiva: - tubo auxiliar em fibra vulcanizada; - lâmina fusível em prata pura; - condutor flexível com 2,6 mm de diâmetro;- gravação da corrente e curva na cabeça do elo.30 UNIDADES DE ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 8A: Elo fusível para chave de distribuição até 36,2kv, fabricado conforme NBR7282. Corrente nominal 8A. Curva tipo k. Cabeça fixa. Comprimento : 500mm. Capacidade de interrupção máxima: - 15kv : 10ka assimétrica / 7,1ka simétrica; - 24,2kv : 8ka assimétrica / 5,7ka simétrica; - 36,2kv : 5ka assimétrica / 3,6ka simétrica. Característica construtiva: - tubo auxiliar em fibra vulcanizada; - lâmina fusível em prata pura; - condutor flexível com 2,6 mm de diâmetro;- gravação da corrente e curva na cabeça do elo.09 UNIDADES DE ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 40A: Elo fusível para chave de distribuição até 36,2kv, fabricado conforme NBR7282. Corrente nominal 40A. Curva tipo k. Cabeça fixa. Comprimento : 500mm. capacidade de interrupção máxima: - 15kv : 10ka assimétrica / 7,1ka simétrica; - 24,2kv : 8ka assimétrica / 5,7ka simétrica; - 36,2kv : 5ka assimétrica / 3,6ka simétrica. Característica construtiva: - tubo auxiliar em fibra vulcanizada; - lâmina fusível em prata pura; - condutor flexível com 2,6 mm de diâmetro.- gravação da corrente e curva na cabeça do elo.30 ROLOS DE FITA ISOLANTE ROLO DE 20M: Cor: Preto/ Material: PVC com adesivo a base de borracha. Comprimento por rolo: 20 metros. <p>2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO DE 150 KVA, 13,8 KV/ 220-127V 60 Hz</p> <p>→ Potência: Transformador a Óleo de 150KVA;</p> <p>→ Classe de Tensão Primária: 13,8KV;</p> <p>→ Classe de Tensão Secundária: 0,6/1,2KV;</p> <p>→ Tensão do Secundário: 220/127V;</p> <p>→ Frequência: 60 Hz;</p> <p>→ Ligação do Primário: Delta;</p> <p>→ Ligação do Secundário: Estrela com Neutro acessível;</p> <p>→ Número de Fases: 3 (Trifásico);</p> <p>→ Altitude de utilização máxima: 100</p> <p>→ Grau de Proteção: IP65 (uso externo)</p> <p>→ Ensaios: ABNT -NBR 5356-1/5 e 5440.</p>		
04	Cotação (0056771771)	<p>*SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE REDE ELÉTRICA EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO NO PERÍODO DE 23/05/2025 à 31/05/2025</p> <p>A empresa contratada deverá prestar serviço contínuo de monitoramento da rede elétrica durante todo o período do evento, incluindo medições de consumo, verificação de sobreaquecimento e análises de desempenho da rede. Para isso, deverá instalar e operar um sistema de monitoramento capaz de identificar possíveis superaquecimentos na infraestrutura da rede elétrica, apresentando relatórios detalhados ao final. Será também necessário disponibilizar uma equipe de prontidão composta por 1 (um) engenheiro eletricitista, 1 (um) eletricitista e 2 (dois) auxiliares, garantindo atendimento imediato e solução ágil de ocorrências durante o evento.</p> <p>Todo o fornecimento de equipamentos, como software de monitoramento em tempo real, sensores de temperatura, medidores de consumo, EPIs e ferramentas necessárias, será de responsabilidade da contratada. Ao término do evento, a empresa deverá apresentar um relatório técnico detalhado e um laudo técnico dos serviços realizados, ambos emitidos por um engenheiro eletricitista, acompanhados da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo conselho competente.</p> <p>NOTA: O Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização do evento, conta atualmente com 14 transformadores trifásicos instalados, totalizando uma potência instalada de 2.250 kVA. A demanda contratada, conforme a carga disponibilizada pela Energisa para a unidade consumidora, é de 1.800 kW.</p>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)

Essas quantidades foram estimadas com base nas condições das necessidades e nas exigências para o bom funcionamento da infraestrutura elétrica durante o evento. A especificação e dimensionamento dos itens visam garantir que a instalação elétrica atenda com segurança e eficiência todas as demandas operacionais, com uma margem de contingência para imprevistos e emergências.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Essa metodologia permitiu obter um orçamento realista e alinhado às condições do mercado, garantindo que a contratação seja economicamente viável e tecnicamente adequada. A pesquisa de preços foi conduzida considerando a qualidade dos materiais, a capacidade técnica dos fornecedores e a complexidade dos serviços a serem prestados, assegurando que os valores estimados reflitam o custo-benefício mais vantajoso para a administração pública.

Além disso, a inclusão de ajustes específicos para monitoramento contínuo e disponibilidade de equipe técnica foi essencial para garantir a segurança e a eficiência da infraestrutura elétrica durante o evento. A compatibilidade entre os equipamentos também foi analisada, evitando problemas de integração e reduzindo riscos operacionais. Dessa forma, o planejamento financeiro e técnico assegura que os recursos sejam aplicados de forma transparente, otimizada e com máxima eficiência operacional.

A seguir, apresenta-se um quadro detalhado com as quantidades, especificações e valores estimados dos itens e serviços necessários para a adequação elétrica do Centro Tecnológico Vandeci Rack, garantindo confiabilidade na distribuição de energia e suporte eficiente às demandas da Rondônia Rural Show Internacional.

LOTE 01 - SERVIÇOS DE MONITORAMENTO, REALOCAÇÃO DE SUBESTAÇÃO E INSTALAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA.

Item	Fonte	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Total
01	Cotação (0056771771)	<p>*SERVIÇO DE REALOCAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE 300 KVA TRIFÁSICO 13,8 KV/ 220-127 V 60 Hz ESTRUTURA CE3:</p> <p>A contratada deverá realizar a realocação de 1 (um) transformador trifásico, com o local a ser definido pela coordenação do evento. Em conjunto com o responsável técnico, deverá reavaliar os itens da estrutura existente para reaproveitamento, quando possível. O fornecimento e instalação de cabos, conexões e acessórios necessários para a nova subestação serão de total responsabilidade da contratada. A execução dos serviços deverá estar em conformidade com as normas técnicas vigentes, utilizando hastes de aterramento cobreadas do tipo Copperweld, com 2400 mm de comprimento, em quantidade suficiente para garantir a eficiência do sistema. As hastes deverão ser interligadas por cabo de aço cobreado com seção de 3x9 AWG, e cada conjunto deverá conter uma caixa de inspeção para as três hastes. A resistência de terra deverá ser mantida abaixo de 10,0 Ohms em qualquer época do ano. Caso esse limite seja excedido, a contratada deverá ampliar ou adequar a malha de aterramento, assegurando o atendimento aos valores exigidos pela concessionária ENERGISA.</p>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)	R\$ 12.000,00
02	Cotação (0056771771)	<p>*SERVIÇO DE REALOCAÇÃO DE POSTE EM REDE DE BAIXA TENSÃO:</p> <p>O serviço consiste no deslocamento de 4 (quatro) postes de energia elétrica com luminária publicas para a implantação do novo Pavilhão da Agricultura, conforme orientações da coordenação do evento. A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários, incluindo a reposição de cabos, acessórios e componentes que estejam danificados ou venham a sofrer danos durante a execução. Antes do início, a contratada deverá realizar vistoria técnica <i>in loco</i>, mediante agendamento prévio com a coordenação, para avaliação e composição dos custos, garantindo que os serviços sejam executados de acordo com as normas técnicas e de segurança aplicáveis.</p>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)	R\$ 7.200,00
03	Cotação (0056771771)	<p>* SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS</p> <p>1 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS CONEXÕES DA REDE DE MÉDIA TENSÃO: A contratada deverá realizar a revisão e manutenção das conexões e cabos de média tensão, incluindo o ajuste e inspeção das conexões para prevenir falhas causadas pelo aquecimento decorrente da alta demanda de energia. Todo o fornecimento de equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários será de responsabilidade exclusiva da contratada. Ao término dos serviços, a contratada deverá apresentar um relatório fotográfico e um laudo técnico dos serviços realizados, ambos emitidos por um engenheiro eletricitista, acompanhado da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo conselho competente. AA CONTRATADA deverá providenciar e fornecer os insumos necessários para a execução dos serviços, conforme especificado abaixo..</p> <ul style="list-style-type: none">100 METROS DE CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 185 MM: Isolação: HEPR (EPR/B)/ Seção nominal: 185mm/ Tensão nominal: 0,6/1kV/ Temperatura máxima: 90º/ Normas aplicáveis: NBR NM 280 e NBR 6251/ Norma de referência: NBR 7286 - Cabos de potência com isolamento extrudada de borracha etilenopropileno (EPR) para tensões de 1 kV a 35 kV - Requisitos de desempenho.08 UNIDADES DE TERMINAL DE COBRE A COMPRESSAO 185MM: Material: Cobre eletrolítico/ Acabamento: Estandado/ Normas: ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410/ Condutores: Área = 185mm²/ Diâmetro do furo: 10,5/ Parafuso: Pol = 3/8/ Métrico = M10/ Funções alternativas disponíveis: 13,8 / 17,5/ Corrente: 500/ Aplicação: Painéis elétricos, ligações de chaves disjuntoras, motores, máquinas, barramentos, quadros de distribuição elétrica e outras.100 UNIDADES DE TERMINAL DE COBRE A COMPRESSAO 120MM: Material: Cobre eletrolítico/ Acabamento: Estandado/ Normas: ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410/ Condutores: Área = 120mm²/ Diâmetro do furo: 10,5/ Parafuso: Pol = 3/8/ Métrico = M10/ Funções alternativas disponíveis: 13,8 / 17,5/ Corrente: 500/ Aplicação: Painéis elétricos, ligações de chaves disjuntoras, motores, máquinas, barramentos, quadros de distribuição elétrica e outras.02 UNIDADES DE QUADRO DE COMANDO: Pintura: Eletrostática Epóxi a pó com camada mínima de 80 µm de espessura/ Abertura da porta: 180º com dobradiças em Nylon de alta qualidade fecho padrão com acionamento fenda/ Dimensões: altura 800mm x largura 600mm x profundidade 200mm (80x60x20cm)/ grau de proteção IP54/ Material: aço carbono/ Cor da placa: Laranja/ Cor: Cinza.01 UNIDADE DE DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 600A: Tensão máxima de Operação: 400V/ Corrente nominal: 600A/ Capacidade máxima de curto-circuito: 220V – 50kA, 380V – 35kA, 400V – 35kA/ Proteção Térmica Fixa/ Proteção Magnética Fixa/ Número de polos: 3/ Grau de proteção: Terminais - IP10/ Tampa de acessórios - IP20/ Recomendável para proteção térmica e magnética de circuitos elétricos de distribuição.01 UNIDADE DE DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 400A: Tensão: 400V Corrente nominal: 400A/ Capacidade máxima de curto-circuito: 220V – 50kA, 380V – 35kA, 400V – 35kA/ Proteção Térmica Fixa/ Proteção Magnética Fixa/ Número de polos: 3/ Grau de proteção: Terminais - IP10/ Tampa de acessórios - IP20/ Recomendável para proteção térmica e magnética de circuitos elétricos de distribuição.	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO COM EMPREGO DE MATERIAIS)	R\$ 241.361,14

Item	Fonte	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Total
		<ul style="list-style-type: none"> 100 UNIDADES DE LUMINÁRIA PÚBLICA LED 200W: Potência: 200w/ Modelo: Luminária Pública RY para Poste/ Voltagem: Bivolt Automático (110v-220v)/ Ângulo de Abertura: 125°/ Fluxo Luminoso: 20.000 Lúmens/ Índice de Proteção: IP67/ Material: Alumínio/Cor Estrutura: Preto. 130 UNIDADES DE RELÉ FOTOELÉTRICO 220V: Tensão: 220V~ 60Hz/ Tipo de contato quando desenergizado: normalmente aberto (NA) – fail-off/ Filtro de tempo: impede acionamentos indevidos devido a variações bruscas de luminosidade como raios, laser, nuvens e etc. Menor que 4 segundos para ligar ou para desligar (tipo instantâneo)/ Lux para ligar: entre 3 e 20 Lux/ Lux para desligar: menor que 80 Lux respeitando a relação de histerese entre liga e desliga (histerese): 1,2 a 4 vezes/ Rigidez dielétrica: ≥ 2500V @ 1 min./ Sensor fotocélula de silício: fototransistor/ Tensão de surto: até 4000V / 2000A/ Consumo: menor que 0,7 W/ Índice de proteção : IP 65/ Atende a norma NBR 5123. 130 UNIDADES DE BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO: Tensão de operação: Até 250 Vac - bivolt automático/ Frequência de operação: 50/60Hz/ Corrente nominal: 10A/ Rigidez dielétrica : Maior 2500V/ Seção transversal dos fios de 1,5mm² e comprimento de 25 cm/ Mapa de marcação indelevel com identificação do sentido de encaixe do relé e identificação dos terminais de encaixe/ Ligação a 3 fios: fase 1 (preto), neutro ou fase 2 (branco) e carga (vermelho)/ Intercambialidade total: pode ser utilizada com relés de qualquer fabricante/ Material/estrutura (case): Alça em aço 1020 zincada, tomada e soquete construídos em resina poliamida (nylon) reforçada com fibra de vidro e terminais de encaixe em latão estanhado/ Atende a norma NBR 5123. 100 UNIDADES DE CONECTOR PERFORANTE 120/120MM: Tipo de produto: Cabo adaptador/ Tipo de cabo e adaptador: cdp/ Conector de saída: cdp/ Material de revestimento do conector: Metal/ Gênero do conector de entrada: Fêmea/ Gênero do conector de saída: Fêmea/ Condutor principal: 16-120mm²/ Derivação: 16-120mm². 400 UNIDADES DE CONECTOR PERFORANTE 16/120MM: Tipo de produto: Cabo adaptador/ Tipo de cabo e adaptador: cdp/ Conector de saída: cdp/ Material de revestimento do conector: Metal/ Gênero do conector de entrada: Fêmea/ Gênero do conector de saída: Fêmea/ Condutor principal: 16-120mm²/ Derivação: 16-120mm². 1.000 METROS DE CABO FLEXÍVEL 750V PVC 2,50MM: Isolação: Composto termoplástico (PVC) de classe térmica 70°C e tensão de isolamento 450/750 V/ Temperaturas máximas no condutor: 70°C em serviço contínuo, 100°C em sobrecarga, 160°C em curto-circuito/ NORMAS APLICÁVEIS NBR 247-3: Cabos Isolados com Policloreto de Vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750V/ Cor: Preto. 1.000 METROS DE CABO ALUMÍNIO QUADRUPLUX COLORIDO 3X120,00 MM² + NEUTRO NÚ 120,00 MM²: Condutor Alumínio Classe de encordamento: 2/ Isolacao do condutor: XLPE/ Temperatura de isolamento: 90 Graus/ Veias: Preto/Cinza/Vermelha+Nu/ Cor da capa externa: Preta,Cinza e Vermelha/ Tensão: 1KV/ Número de vias: 4 Bitola: 120,00 MM². 40 UNIDADES DE ALÇA PREFORMADA CABO ALUMÍNIO NÚ 70MM 2/0AWG: Alça preformada de distribuição para condutores multiplexados de alumínio nú e ramais de ligação CA/CAA/ Aplicação Utilizada para ancoragem de cabos em entrada de unidades consumidoras. Condutor AWG/mm: CAA: # 2/0; 6/1/ CA: # 2/0 7fios/ Seção : 70mm². 40 UNIDADES DE ROLDANA DE PORCELANA VERTICAL POSTE: Material: Porcelana de alta resistência Tensão nominal: Adequado para faixas de tensão de 10 kV a 35 kV/ Resistência mecânica: Alta resistência a cargas e tensões mecânicas/ Superfície: Lisa e livre de imperfeições para uma passagem suave do cabo/ Material da roldana: Porcelana/ Altura - 7 cm/ Largura - 15 cm/ Comprimento - 15 cm. 20 UNIDADES DE ARMAÇÃO SECUNDÁRIA S2 ESTRIBO GALVANIZADO: Armação Secundária pesada, galvanizada a fogo. Utilizada para sustentação do isolador roldana. 60 UNIDADES DE PARAFUSO 16/300: Parafuso cabeça quadrada (máquina) 16x300mm/ Material: Aço Galvanizado com Porca M16. 12 UNIDADES DE ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 6A: Elo fusível para chave de distribuição até 36,2kv, fabricado conforme nbr7282. Corrente nominal 6A. Curva tipo k. Cabeça fixa. Comprimento : 500mm. Capacidade de interrupção máxima: - 15kv : 10ka assimétrica / 7,1ka simétrica; - 24,2kv : 8ka assimétrica / 5,7ka simétrica; - 36,2kv : 5ka assimétrica / 3,6ka simétrica. Característica construtiva: - tubo auxiliar em fibra vulcanizada; - lâmina fusível em prata pura; - condutor flexível com 2,6 mm de diâmetro; gravação da corrente e curva na cabeça do elo. 30 UNIDADES DE ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 8A: Elo fusível para chave de distribuição até 36,2kv, fabricado conforme NBR7282. Corrente nominal 8A. Curva tipo k. Cabeça fixa. Comprimento : 500mm. Capacidade de interrupção máxima: - 15kv : 10ka assimétrica / 7,1ka simétrica; - 24,2kv : 8ka assimétrica / 5,7ka simétrica; - 36,2kv : 5ka assimétrica / 3,6ka simétrica. Característica construtiva: - tubo auxiliar em fibra vulcanizada; - lâmina fusível em prata pura; - condutor flexível com 2,6 mm de diâmetro; gravação da corrente e curva na cabeça do elo. 09 UNIDADES DE ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 40A: Elo fusível para chave de distribuição até 36,2kv, fabricado conforme NBR7282. Corrente nominal 40A. Curva tipo k. Cabeça fixa. Comprimento : 500mm. capacidade de interrupção máxima: - 15kv : 10ka assimétrica / 7,1ka simétrica; - 24,2kv : 8ka assimétrica / 5,7ka simétrica; - 36,2kv : 5ka assimétrica / 3,6ka simétrica. Característica construtiva: - tubo auxiliar em fibra vulcanizada; - lâmina fusível em prata pura; - condutor flexível com 2,6 mm de diâmetro. gravação da corrente e curva na cabeça do elo. 30 ROLOS DE FITA ISOLANTE ROLO DE 20M: Cor: Preto/ Material: PVC com adesivo a base de borracha. Comprimento por rolo: 20 metros. <p>2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO DE 150 KVA, 13,8 KV/ 220-127V 60 Hz – Potência: Transformador a Óleo de 150KVA; – Classe de Tensão Primária: 13,8KV; – Classe de Tensão Secundária: 0,6/1,2KV; – Tensão do Secundário: 220/127V; – Frequência: 60 Hz; – Ligação do Primário: Delta; – Ligação do Secundário: Estrela com Neutro acessível; – Número de Fases: 3 (Trifásico); – Altitude de utilização máxima: 100 – Grau de Proteção: IP65 (uso externo) – Ensaios: ABNT -NBR 5356-1/5 e 5440.</p>			
04	Cotação (0056771771)	<p>*SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE REDE ELÉTRICA EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO NO PERÍODO DE 23/05/2025 à 31/05/2025</p> <p>A empresa contratada deverá prestar serviço contínuo de monitoramento da rede elétrica durante todo o período do evento, incluindo medições de consumo, verificação de sobreaquecimento e análises de desempenho da rede. Para isso, deverá instalar e operar um sistema de monitoramento capaz de identificar possíveis superaquecimentos na infraestrutura da rede elétrica, apresentando relatórios detalhados ao final. Será também necessário disponibilizar uma equipe de prontidão composta por 1 (um) engenheiro eletricista, 1 (um) eletricista e 2 (dois) auxiliares, garantindo atendimento imediato e solução ágil de ocorrências durante o evento. Todo o fornecimento de equipamentos, como software de monitoramento em tempo real, sensores de temperatura, medidores de consumo, EPIs e ferramentas necessárias, será de responsabilidade da contratada. Ao término do evento, a empresa deverá apresentar um relatório técnico detalhado e um laudo técnico dos serviços realizados, ambos emitidos por um engenheiro eletricista, acompanhados da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo conselho competente.</p> <p>NOTA: O Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização do evento, conta atualmente com 14 transformadores trifásicos instalados, totalizando uma potência instalada de 2.250 KVA. A demanda contratada, conforme a carga disponibilizada pela Energia para a unidade consumidora, é de 1.800 kW.</p>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)	R\$ 50.000,00

Valor estimado da contratação é de **R\$ 435.461,40 (quatrocentos e trinta e cinco mil quatrocentos e sessenta e um reais e quarenta centavos).**

11. **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:**

A contratação de uma empresa especializada em serviços elétricos para o Centro Tecnológico Vandeci Rack, durante a Rondônia Rural Show Internacional, será realizada em um único lote. A centralização em uma única empresa assegura a uniformidade dos equipamentos e a continuidade operacional, essenciais para a segurança e eficiência do evento. Essa configuração simplifica a logística e a gestão, proporcionando economia de escala e melhores condições de preço, sem comprometer a qualidade dos serviços.

A licitação deverá ser realizada em um único lote para garantir eficiência operacional, uniformidade técnica e segurança nas operações. A integração de todos os serviços em um único contrato assegura compatibilidade entre componentes, execução coordenada e responsabilidade centralizada, reduzindo riscos de conflitos e problemas de gestão. Esse modelo simplifica o controle administrativo e reduz custos operacionais, permitindo economia de escala e otimização de recursos, com uma única empresa coordenando a logística e execução das tarefas. Assim, a administração pública pode assegurar qualidade, segurança e continuidade das operações elétricas de forma eficiente e segura, fundamentais para o sucesso do evento.

12. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**

Os elementos listados no Documento de Oficialização de Demanda (0058879770) estão relacionados entre si e, no contexto da aquisição dos serviços planejada, eles demonstram uma interdependência significativa para a solução desejada.

13. **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:**

Nos termos do Art. 12 Inciso VI § 1º da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 30 do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, informamos que o Plano de Contratação Anual (PCA) da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI, para o exercício de 2025, encontra-se em fase de elaboração, conforme o Processo SEI nº0025.000364/2025-78. Este processo reflete o compromisso da Secretaria com o planejamento adequado das contratações públicas, em consonância com os princípios da transparência, eficiência e economicidade previstos na legislação vigente.

Destacamos que a inclusão do objeto desta licitação no PCA de 2025 será realizada assim que o plano estiver concluído e aprovado, assegurando conformidade com o planejamento estratégico das ações da Secretaria. É importante ressaltar que a presente locação já está contemplada no Plano Plurianual 2024-2027 (ID.0056771641), o que reforça a sua vinculação ao planejamento governamental de médio prazo e à execução orçamentária correspondente.

Dessa forma, garantimos que a tramitação deste processo seguirá todas as etapas necessárias para atender às normas legais e regulamentares, promovendo a devida publicidade e controle no âmbito da administração pública.

Quanto à intempestividade na elaboração do Plano de Contratação Anual - PCA, justificamos que a Secretaria de Estado da Agricultura encontra-se em fase de implementação e a capacitação das equipes para adequação às diretrizes legais, garantindo a conformidade e qualidade do PCA.

14. **RESULTADOS PRETENDIDOS:**

A contratação de uma empresa especializada em serviços elétricos para o Centro Tecnológico Vandeci Rack, durante a Rondônia Rural Show Internacional, busca alcançar resultados que assegurem a efetividade e o desenvolvimento sustentável, com impactos positivos tanto no curto quanto no longo prazo.

- **Segurança e Continuidade dos Serviços:** Com a infraestrutura elétrica devidamente monitorada e mantida, o evento poderá ocorrer sem interrupções de energia, o que é essencial para garantir a segurança e o conforto dos visitantes e expositores. A contratação de equipe técnica qualificada e a presença de equipamentos de monitoramento permitirão uma resposta rápida a qualquer eventualidade, evitando falhas que possam comprometer o evento.
- **Eficiência Energética e Redução de Custos:** A substituição de cabos por modelos de maior diâmetro e a manutenção de conexões previnem sobrecargas e sobreaquecimentos, promovendo uma distribuição eficiente de energia. Isso reduz o risco de problemas que resultariam em reparos emergenciais, minimizando custos e aumentando a durabilidade dos equipamentos elétricos do local.
- **Resposta Rápida a Emergências:** A disponibilidade de um transformador trifásico de reserva e de uma equipe de prontidão durante o evento garante que qualquer emergência elétrica seja solucionada rapidamente, evitando interrupções no fornecimento de energia e garantindo a continuidade das operações essenciais.
- **Promoção de Práticas Sustentáveis:** A manutenção preventiva e a atualização da infraestrutura elétrica promovem práticas sustentáveis, pois evitam o desgaste prematuro de equipamentos e diminuem o consumo de energia por meio de cabos e componentes mais eficientes. Isso contribui para a redução da pegada de carbono e para uma gestão mais responsável dos recursos energéticos.
- **Desenvolvimento Econômico Regional:** O sucesso da Rondônia Rural Show Internacional fortalece a economia local e estadual, promovendo o agronegócio, gerando oportunidades de negócios e atraindo investimentos. Um evento bem-sucedido estimula o desenvolvimento econômico de Ji-Paraná e da região, contribuindo para o crescimento de pequenos e médios produtores e empresas locais.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOADAS:

A Secretaria de Estado da Agricultura já deu um passo fundamental na organização da 12ª Rondônia Rural Show Internacional. Isso inclui a elaboração de uma portaria para a constituição da comissão organizadora, bem como a formação de uma comissão responsável pela gestão e fiscalização dos contratos relacionados à execução do evento, conforme documento de identificação (ID.0056771601). Vale ressaltar que, antes da formalização dos contratos, a comissão passará por um treinamento e capacitação abrangentes, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133, datada de 1º de abril de 2021.

Essas medidas demonstram o compromisso da Seagri em garantir que a gestão e a fiscalização dos contratos sejam conduzidas com a máxima eficiência e conformidade legal, contribuindo para o sucesso e o êxito da 12ª Rondônia Rural Show Internacional.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

A contratação de uma empresa especializada em serviços elétricos para o Centro Tecnológico Vandeci Rack, apesar de ser planejada para garantir segurança e eficiência, pode ter alguns impactos ambientais, diretos e indiretos. Abaixo estão descritos os possíveis impactos e medidas que podem ser tomadas para minimizá-los:

- **Geração de Resíduos Eletroeletrônicos:** A substituição de cabos, componentes elétricos e transformadores gera resíduos eletroeletrônicos, que, se descartados de maneira inadequada, podem liberar substâncias tóxicas no solo e na água, como metais pesados. Esses resíduos requerem um descarte especial para minimizar o risco de contaminação ambiental.
- **Consumo de Recursos Naturais:** A fabricação e substituição de materiais elétricos, como cabos de cobre, conectores e transformadores, exigem recursos naturais, principalmente metais e plásticos. A extração e produção desses materiais geram impactos ambientais associados à mineração, como destruição de ecossistemas e emissão de gases poluentes.
- **Impactos na Fauna e Flora Local:** Caso a realocação de postes e transformadores exija intervenções no solo ou áreas vegetadas, pode haver distúrbios na flora e fauna local. O uso de máquinas pesadas e a movimentação de materiais podem interferir temporariamente nos ecossistemas locais, provocando ruído e impactos físicos no solo.

Para minimizar os impactos ambientais decorrentes da contratação, podem ser adotadas as seguintes medidas:

- **Descarte e Reciclagem Adequados:** Os resíduos eletroeletrônicos e cabos substituídos devem ser recolhidos e encaminhados para empresas de reciclagem certificadas, especializadas em tratamento de resíduos elétricos. Isso evita a contaminação ambiental e possibilita o reaproveitamento de materiais como cobre, alumínio e plástico.
- **Uso de Materiais de Baixo Impacto:** A empresa contratada pode ser incentivada a utilizar materiais e componentes com certificação ambiental e, sempre que possível, produtos reciclados ou de origem sustentável, reduzindo a demanda por novos recursos naturais.
- **Planejamento e Minimização de Intervenções no Solo:** Ao realizar a realocação de postes e transformadores, é importante que a empresa utilize técnicas que minimizem a movimentação de terra e as intervenções em áreas naturais. O planejamento da obra deve incluir uma análise ambiental prévia para evitar danos a áreas vegetadas ou habitats de fauna.
- **Monitoramento do Consumo Energético:** O monitoramento do consumo de energia e o uso de sistemas de eficiência energética contribuem para a redução do impacto ambiental da operação elétrica no evento, diminuindo a sobrecarga na infraestrutura e promovendo um consumo mais sustentável.

Embora a contratação possa gerar alguns impactos ambientais negativos, especialmente relacionados ao descarte de resíduos e consumo de recursos, esses impactos podem ser mitigados com práticas sustentáveis, planejamento e comprometimento com a responsabilidade ambiental. A adoção de medidas de mitigação não apenas reduz os possíveis impactos, mas também alinha a operação do evento aos princípios de sustentabilidade e preservação ambiental.

17. MAPA DE RISCO:

17.1 Os maiores riscos do processo são apresentado no quadro abaixo:

PROCESSO 0025.000188/2025-74						
ITEM DE VERIFICAÇÃO	RISCOS	PROBABILIDADES	CONSEQUÊNCIAS	NÍVEL DE RISCO	AÇÕES SUGERIDAS	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
1	Atraso na entrega	Eventual	Relevante	Extremo	Aplicar sanções administrativas	Formalizar contrato com especificação do cronograma de execução
2	Quantitativo entregue, menor que o contratado	Raríssima	Relevante	Baixo	Aplicar sanções administrativas	Formalizar contrato com especificação do quantitativo dos objetos
3	Fracasso no Procedimento licitatório	Rara	Muito relevante	Alto	Readequar o processo e realizar novo certame	Realizar estudo de mercado e pré-qualificar possíveis fornecedores
4	Morosidade no procedimento licitatório	Frequente	Relevante	Extremo	Acompanhar e monitorar constantemente o andamento do processo por técnico específico	Capacitar a equipe técnica e realizar o monitoramento contínuo
5	Desistencia do fornecedor de entregar o objeto	Raríssima	Relevante	Baixo	Convocar o 2º colocado no certame licitatório	Pré-qualificar os fornecedores reservas e estabelecer cláusulas contratuais no edital com penalidades por desistência injustificada
6	Qualidade do material divergente das especificações técnicas	Raríssima	Relevante	Baixo	Aplicar sanções administrativas e solicitação para substituição	Solicitar laudos e documentos que atestem a qualidade dos objetos
7	Condições climáticas adversas	Rara	Relevante	Médio	Acompanhar e monitorar constantemente o andamento do processo por técnico específico, aplicar sanções administrativas e solicitar o conserto ou troca do material caso necessário.	Capacitar a equipe técnica e realizar o monitoramento contínuo e solicitar laudos e documentos que atestem a qualidade dos objetos

18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

O estudo técnico preliminar, conforme descrito, demonstra de forma convincente a viabilidade da **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços elétricos, com fornecimento de materiais, no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO**. As evidências apresentadas são sólidas e indicam que essa solução é a mais adequada para atender às necessidades da demanda em questão. Além disso, a análise econômica sustenta que essa abordagem é economicamente viável, considerando os custos envolvidos e os benefícios esperados.

O estudo também destaca a importância de alinhar a escolha dos materiais com as melhores práticas técnicas e normas do setor, o que é crucial para garantir a qualidade e a eficiência desejada. Portanto, com base nas informações apresentadas, é possível concluir que alocação de estruturas para montagem do espaço governamental, coordenação e auditório é uma decisão técnica e economicamente justificada. Isso contribuirá para a eficácia do projeto, redução de custos de manutenção e maior durabilidade nos locais onde essas estruturas serão empregadas.

Elaboração	Revisão e Validação	Autorizo
ALEX FERNANDES ROSÁRIO Membro da Comissão da Projeto Civil e Arquitetônico Portaria nº 72 de 28 de março de 2025	ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO Diretora Executiva Comissão Organizadora da Rondônia Rural Show Portaria nº 72 de 28 de março de 2025	LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA Secretário de Estado da Agricultura



Documento assinado eletronicamente por **ALEX FERNANDES ROSARIO, Assessor(a)**, em 04/04/2025, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erica Ferrão, Diretor(a) Executivo(a)**, em 04/04/2025, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo da Silva Batista, Secretário(a)**, em 04/04/2025, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0058879814** e o código CRC **641828EC**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

ANÁLISE DE RISCOS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços elétricos, com fornecimento de materiais, no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO.

2. IDENTIFICAÇÃO DO RISCO E AÇÕES SUGERIDAS

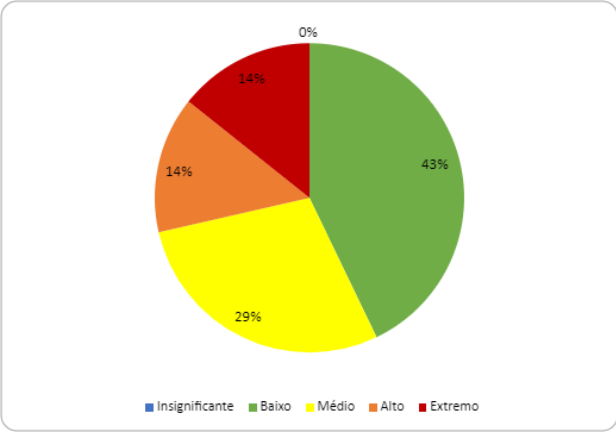
PROCESSO 0025.000188/2025-74						
ITEM DE VERIFICAÇÃO	RISCOS	PROBABILIDADES	CONSEQUÊNCIAS	NÍVEL DE RISCO	AÇÕES SUGERIDAS	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
1	Atraso na entrega	Eventual	Relevante	Extremo	Aplicar sanções administrativas	Formalizar contrato com especificação do cronograma de execução
2	Quantitativo entregue, menor que o contratado	Raríssima	Relevante	Baixo	Aplicar sanções administrativas	Formalizar contrato com especificação do quantitativo dos objetos
3	Fracasso no Procedimento licitatório	Rara	Muito relevante	Alto	Readequar o processo e realizar novo certame	Realizar estudo de mercado e pré-qualificar possíveis fornecedores
4	Morosidade no procedimento licitatório	Frequente	Relevante	Extremo	Acompanhar e monitorar constantemente o andamento do processo por técnico específico	Capacitar a equipe técnica e realizar o monitoramento contínuo
5	Desistência do fornecedor de entregar o objeto	Raríssima	Relevante	Baixo	Convocar o 2º colocado no certame licitatório	Pré-qualificar os fornecedores reservas e estabelecer cláusulas contratuais no edital com penalidades por desistência injustificada
6	Qualidade do material divergente das especificações técnicas	Raríssima	Relevante	Baixo	Aplicar sanções administrativas e solicitação para substituição	Solicitar laudos e documentos que atestem a qualidade dos objetos
7	Condições climáticas adversas	Rara	Relevante	Médio	Acompanhar e monitorar constantemente o andamento do processo por técnico específico, aplicar sanções administrativas e solicitar o conserto ou troca do material caso necessário.	Capacitar a equipe técnica e realizar o monitoramento contínuo e solicitar laudos e documentos que atestem a qualidade dos objetos

3. ESTIMATIVA DO NÍVEL DE RISCO

Consequência	Avaliação do Risco			
Muito Relevante	Médio	Alto	Extremo	Extremo
Relevante	Baixo	Médio	Alto	Extremo
Pouco relevante	Insignificante	Baixo	Médio	Alto
Irrelevante	Insignificante	Insignificante	Baixo	Médio
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	Probabilidade			

Consequência	Avaliação do Risco			
Muito Relevante	10	35	70	100
Relevante	5	17,5	35	50
Pouco relevante	2	7	14	20
Irrelevante	1	3,5	7	10
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	Probabilidade			

4. GRÁFICO COMPARATIVO DA ESTIMATIVA DO NÍVEL DE RISCO



NÍVEL DE RISCO	PERCENTUAL
Insignificante	0%
Baixo	43%
Médio	29%
Alto	14%
Extremo	14%
TOTAL	100%

Porto Velho, data e hora do sistema.

ELABORAÇÃO	REVISÃO E VALIDAÇÃO
ALEX FERNANDES ROSÁRIO Membro da Comissão da Projeto Civil e Arquitetônico Portaria nº 159 de 12 de novembro de 2024	Cristian Campos Magno Gerente da 12ª Rondônia Rural Show Internacional



Documento assinado eletronicamente por **ALEX FERNADES ROSARIO, Assessor(a)**, em 27/01/2025, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Campos Magno, Gerente**, em 27/01/2025, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JANDERSON RODRIGUES DALAZEN, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 27/01/2025, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0056770193** e o código CRC **D39D66B1**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

SAMS

ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI e/ou Fundo de Investimento e Apoio ao Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira do Estado de Rondônia - PROLEITE

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de equipamentos e prestação de serviços elétricos no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO, visando garantir a segurança, eficiência e continuidade do fornecimento de energia elétrica no Centro Tecnológico Vandeci Rack, em Ji-Paraná/RO, durante a realização da Rondônia Rural Show Internacional. Com a infraestrutura elétrica adequadamente monitorada, mantida e ampliada, pretende-se atender à alta demanda energética do evento sem interrupções, prevenindo sobrecargas e incidentes que possam comprometer a segurança dos expositores, visitantes e demais envolvidos. A contratação visa também assegurar que as instalações estejam em conformidade com as normas de segurança e eficiência, por meio de equipe técnica qualificada e do uso de materiais de alta qualidade, garantindo que o evento ocorra de forma estruturada e segura.

Obs: A Modalidade de Licitação pretendia é pregão eletrônico, conforme art. 6º, inc. XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme art. 40º, § 2º inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021

Nº processo: 0025.000188/2025-74	Projeto Atividade: 19.001.20.608.2003.2023 19.017.20.608.2004.1087	Fonte: 1500 1899	Elemento de Despesa: 33.90.39 (Serviço de Terceiros - Pessoa Jurídica)
---	---	-------------------------------	--

LOTE 01 - SERVIÇOS DE MONITORAMENTO, REALOCAÇÃO DE SUBESTAÇÃO E INSTALAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA.

ITEM	Código Catálogo CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	21687	*SERVIÇO DE REALOCAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE 300 KVA TRIFÁSICO 13,8 KV/ 220-127 V 60 Hz ESTRUTURA CE3: A contratada deverá realizar a realocação de 1 (um) transformador trifásico, com o local a ser definido pela coordenação do evento. Em conjunto com o responsável técnico, deverá reavaliar os itens da estrutura existente para reaproveitamento, quando possível. O fornecimento e instalação de cabos, conexões e acessórios necessários para a nova subestação serão de total responsabilidade da contratada. A execução dos serviços deverá estar em conformidade com as normas técnicas vigentes, utilizando hastes de aterramento cobreadas do tipo Copperweld, com 2400 mm de comprimento, em quantidade suficiente para garantir a eficiência do sistema. As hastes deverão ser interligadas por cabo de aço cobreado com seção de 3x9 AWG, e cada conjunto deverá conter uma caixa de inspeção para as três hastes. A resistência de terra deverá ser mantida abaixo de 10,0 Ohms em qualquer época do ano. Caso esse limite seja excedido, a contratada deverá ampliar ou adequar a malha de aterramento, assegurando o atendimento aos valores exigidos pela concessionária ENERGISA.	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)		
02	21687	* SERVIÇO DE REALOCAÇÃO DE POSTE EM REDE DE BAIXA TENSÃO: O serviço consiste no deslocamento de 4 (quatro) postes de energia elétrica com luminária públicas para a implantação do novo Pavilhão da Agricultura, conforme orientações da coordenação do evento. A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários, incluindo a reposição de cabos, acessórios e componentes que estejam danificados ou venham a sofrer danos durante a execução. Antes do início, a contratada deverá realizar vistoria técnica <i>in loco</i> , mediante agendamento prévio com a coordenação, para avaliação e composição dos custos, garantindo que os serviços sejam executados de acordo com as normas técnicas e de segurança aplicáveis.	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)		
03	21687 477059	* SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS 1 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS CONEXÕES DA REDE DE MÉDIA TENSÃO: A contratada deverá realizar a revisão e manutenção das conexões e cabos de média tensão, incluindo o ajuste e inspeção das conexões para prevenir falhas causadas pelo aquecimento decorrente da alta demanda de energia. Todo o fornecimento de equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários será de responsabilidade exclusiva da contratada. Ao término dos serviços, a contratada deverá apresentar um relatório fotográfico e um laudo técnico dos serviços realizados, ambos emitidos por um engenheiro eletricista, acompanhado da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo conselho competente. AA CONTRATADA deverá providenciar e fornecer os insumos necessários para a execução dos serviços, conforme especificado abaixo.. <ul style="list-style-type: none">100 METROS DE CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 185 MM: Isolação: HEPR (EPR/B)/ Seção nominal: 185mm/ Tensão nominal: 0,6/1kV/ Temperatura máxima: 90º/ Normas aplicáveis: NBR NM 280 e NBR 6251/ Norma de referência: NBR 7286 - Cabos de potência com isolamento extrudada de borracha etilenopropileno (EPR) para tensões de 1 kV a 35 kV - Requisitos de desempenho.08 UNIDADES DE TERMINAL DE COBRE A COMPRESSAO 185MM: Material: Cobre eletrolítico/ Acabamento: Estanhado/ Normas: ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410/ Condutores: Área = 185mm²/ Diâmetro do furo: 10,5/ Parafuso: Pol = 3/8/ Métrico = M10/ Funções alternativas disponíveis: 13,8 / 17,5/ Corrente: 500/ Aplicação: Painéis elétricos, ligações de chaves disjuntoras, motores, máquinas, barramentos, quadros de distribuição elétrica e outras.100 UNIDADES DE TERMINAL DE COBRE A COMPRESSAO 120MM: Material: Cobre eletrolítico/ Acabamento: Estanhado/ Normas: ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410/ Condutores: Área = 120mm²/ Diâmetro do furo: 10,5/ Parafuso: Pol = 3/8/ Métrico = M10/ Funções alternativas disponíveis: 13,8 / 17,5/ Corrente: 500/ Aplicação: Painéis elétricos, ligações de chaves disjuntoras, motores, máquinas, barramentos, quadros de distribuição elétrica e outras.02 UNIDADES DE QUADRO DE COMANDO: Pintura: Eletrostática Epóxi a pó com camada mínima de 80 µm de espessura/ Abertura da porta: 180º com dobradiças em Nylon de alta qualidade fecho padrão com acionamento fenda/ Dimensões: altura 800mm x largura 600mm x profundidade 200mm (80x60x20cm)/ grau de proteção IP54/ Material: aço carbono/ Cor da placa: Laranja/ Cor: Cinza.01 UNIDADE DE DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 600A: Tensão máxima de Operação: 400V/ Corrente nominal: 600A/ Capacidade máxima de curto-circuito: 220V – 50kA, 380V – 35kA, 400V – 35kA/ Proteção Térmica Fixa/ Proteção Magnética Fixa/ Número de polos: 3/ Grau de proteção: Terminais - IP10/ Tampa de acessórios - IP20/ Recomendável para proteção térmica e magnética de circuitos elétricos de distribuição.01 UNIDADE DE DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 400A: Tensão: 400V Corrente nominal: 400A/ Capacidade máxima de curto-circuito: 220V – 50kA, 380V – 35kA, 400V – 35kA/ Proteção Térmica Fixa/ Proteção Magnética Fixa/ Número de polos: 3/ Grau de proteção: Terminais - IP10/ Tampa de acessórios - IP20/ Recomendável para proteção térmica e magnética de circuitos elétricos de distribuição.100 UNIDADES DE LUMINÁRIA PÚBLICA LED 200W: Potência: 200w/ Modelo: Luminária Pública RY para Poste/ Voltagem: Bivolt Automático (110v-220v)/ Ângulo de Abertura: 125º/ Fluxo Luminoso: 20.000 Lúmens/ Índice de Proteção: IP67/ Material: Alumínio/Cor Estrutura: Preto.130 UNIDADES DE RELÉ FOTOELÉTRICO 220V: Tensão: 220V~ 60Hz/ Tipo de contato quando desenergizado: normalmente aberto (NA) – fail-off/ Filtro de tempo: impede acionamentos indevidos devido a variações bruscas de luminosidade como raios, laser, nuvens e etc. Menor que 4 segundos para ligar ou para desligar (tipo instantâneo)/ Lux para ligar: entre 3 e 20 Lux/ Lux pra desligar: menor que 80 Lux respeitando a relação de histerese entre liga e desliga (histerese): 1,2 a 4 vezes/ Rigidez dielétrica: ≥ 2500V @ 1 min./ Sensor fotocélula de silício: fototransistor/ Tensão de surto: até 4000V / 2000A/ Consumo: menor que 0,7 W/ Índice de proteção : IP 65/ Atende a norma NBR 5123.130 UNIDADES DE BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO: Tensão de operação: Até 250 Vac - bivolt automático/ Frequência de operação: 50/60Hz/ Corrente nominal: 10A/ Rigidez dielétrica : Maior 2500V/ Seção transversal dos fios de 1,5mm² e comprimento de 25 cm/ Mapa de marcação indelével com identificação do sentido de encaixe do relé e identificação dos terminais de encaixe/ Ligação a 3 fios: fase 1 (preto), neutro ou fase 2 (branco) e carga (vermelho)/ Intercambialidade total: pode ser utilizada com relés de qualquer fabricante/ Material/estrutura (case): Alça em aço 1020 zincada, tomada e soquete construídos em resina poliamida (nylon) reforçada com fibra de vidro e terminais de encaixe em latão estanhado/ Atende a norma NBR 5123.100 UNIDADES DE CONECTOR PERFURANTE 120/120MM: Tipo de produto: Cabo adaptador/ Tipo de cabo e adaptador: cdp/ Conector de saída: cdp/ Material de revestimento do conector: Metal/ Gênero do conector de entrada: Fêmea/ Gênero do conector de saída: Fêmea/ Condutor principal: 16-120mm²/ Derivação: 16-120mm².400 UNIDADES DE CONECTOR PERFURANTE 16/120MM: Tipo de produto: Cabo adaptador/ Tipo de cabo e adaptador: cdp/ Conector de saída: cdp/ Material de revestimento do conector: Metal/ Gênero do conector de entrada: Fêmea/ Gênero do conector de saída: Fêmea/ Condutor principal: 16-120mm²/ Derivação: 16-120mm².	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO COM EMPREGO DE MATERIAIS)		

ITEM	Código Catálogo CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		<ul style="list-style-type: none">1.000 METROS DE CABO FLEXÍVEL 750V PVC 2,50MM: Isolação: Composto termoplástico (PVC) de classe térmica 70°C e tensão de isolamento 450/750 V/ Temperaturas máximas no condutor: 70°C em serviço contínuo, 100°C em sobrecarga, 160°C em curto-circuito/ NORMAS APLICÁVEIS NBR 247-3: Cabos Isolados com Policloreto de Vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750V/ Cor: Preto.1.000 METROS DE CABO ALUMINIO QUADRUPLIX COLORIDO 3X120,00 MM² + NEUTRO NÚ 120,00 MM²: Condutor Alumínio Classe de encordamento: 2/ Isolacao do condutor: XLPE/ Temperatura de isolamento: 90 Graus/ Veias: Preto/Cinza/Vemelha+Nu/ Cor da capa externa: Preta,Cinza e Vermelha/ Tensão: 1KV/ Número de vias: 4 Bitola: 120,00 MM².40 UNIDADES DE ALÇA PREFORMADA CABO ALUMÍNIO NÚ 70MM 2/0AWG: Alça preformada de distribuição para condutores multiplexados de alumínio nú e ramais de ligação CA/CAA/ Aplicação Utilizada para ancogragem de cabos em entrada de unidades consumidoras. Condutor AWG/mm: CAA: # 2/0; 6/1/ CA: # 2/0 7fios/ Seção : 70mm².40 UNIDADES DE ROLDANA DE PORCELANA VERTICAL POSTE: Material: Porcelana de alta resistência Tensão nominal: Adequado para faixas de tensão de 10 kV a 35 kV/ Resistência mecânica: Alta resistência a cargas e tensões mecânicas/ Superfície: Lisa e livre de imperfeições para uma passagem suave do cabo/ Material da roldana: Porcelana/ Altura - 7 cm/ Largura - 15 cm/ Comprimento - 15 cm.20 UNIDADES DE ARMAÇÃO SECUNDÁRIA S2 ESTRIBO GALVANIZADO: Armação Secundária pesada, galvanizada a fogo. Utilizada para sustentação do isolador roldana.60 UNIDADES DE PARAFUSO 16/300: Parafuso cabeça quadrada (máquina) 16x300mm/ Material: Aço Galvanizado com Porca M16.12 UNIDADES DE ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 6A: Elo fusível para chave de distribuição até 36,2kv, fabricado conforme nbr7282. Corrente nominal 6A. Curva tipo k. Cabeça fixa. Comprimento : 500mm. Capacidade de interrupção máxima: - 15kv : 10ka assimétrica / 7,1ka simétrica; - 24,2kv : 8ka assimétrica / 5,7ka simétrica; - 36,2kv : 5ka assimétrica / 3,6ka simétrica. Característica construtiva: - tubo auxiliar em fibra vulcanizada; - lâmina fusível em prata pura; - condutor flexível com 2,6 mm de diâmetro;- gravação da corrente e curva na cabeça do elo.30 UNIDADES DE ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 8A: Elo fusível para chave de distribuição até 36,2kv, fabricado conforme NBR7282. Corrente nominal 8A. Curva tipo k. Cabeça fixa. Comprimento : 500mm. Capacidade de interrupção máxima: - 15kv : 10ka assimétrica / 7,1ka simétrica; - 24,2kv : 8ka assimétrica / 5,7ka simétrica; - 36,2kv : 5ka assimétrica / 3,6ka simétrica. Característica construtiva: - tubo auxiliar em fibra vulcanizada; - lâmina fusível em prata pura; - condutor flexível com 2,6 mm de diâmetro;- gravação da corrente e curva na cabeça do elo.09 UNIDADES DE ELO FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 40A: Elo fusível para chave de distribuição até 36,2kv, fabricado conforme NBR7282. Corrente nominal 40A. Curva tipo k. Cabeça fixa. Comprimento : 500mm. capacidade de interrupção máxima: - 15kv : 10ka assimétrica / 7,1ka simétrica; - 24,2kv : 8ka assimétrica / 5,7ka simétrica; - 36,2kv : 5ka assimétrica / 3,6ka simétrica. Característica construtiva: - tubo auxiliar em fibra vulcanizada; - lâmina fusível em prata pura; - condutor flexível com 2,6 mm de diâmetro.- gravação da corrente e curva na cabeça do elo.30 ROLOS DE FITA ISOLANTE ROLO DE 20M: Cor: Preto/ Material: PVC com adesivo a base de borracha. Comprimento por rolo: 20 metros. <p>2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 01 (UM) TRANSFORMADOR TRIFÁSICO DE 150 KVA, 13,8 KV/ 220-127V 60 Hz</p> <p>– Potência: Transformador a Óleo de 150KVA;</p> <p>– Classe de Tensão Primária: 13,8KV;</p> <p>– Classe de Tensão Secundária: 0,6/1,2KV;</p> <p>– Tensão do Secundário: 220/127V;</p> <p>– Frequência: 60 Hz;</p> <p>– Ligação do Primário: Delta;</p> <p>– Ligação do Secundário: Estrela com Neutro acessível;</p> <p>– Número de Fases: 3 (Trifásico);</p> <p>– Altitude de utilização máxima: 100</p> <p>– Grau de Proteção: IP65 (uso externo)</p> <p>– Ensaios: ABNT -NBR 5356-1/5 e 5440.</p>				
04	21687	<p>*SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE REDE ELÉTRICA EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO</p> <p>A empresa contratada deverá prestar serviço contínuo de monitoramento da rede elétrica durante todo o período do evento, incluindo medições de consumo, verificação de sobreaquecimento e análises de desempenho da rede. Para isso, deverá instalar e operar um sistema de monitoramento capaz de identificar possíveis superaquecimentos na infraestrutura da rede elétrica, apresentando relatórios detalhados ao final. Será também necessário disponibilizar uma equipe de prontidão composta por 1 (um) engenheiro eletricista, 1 (um) eletricista e 2 (dois) auxiliares, garantindo atendimento imediato e solução ágil de ocorrências durante o evento.</p> <p>Todo o fornecimento de equipamentos, como software de monitoramento em tempo real, sensores de temperatura, medidores de consumo, EPIs e ferramentas necessárias, será de responsabilidade da contratada. Ao término do evento, a empresa deverá apresentar um relatório técnico detalhado e um laudo técnico dos serviços realizados, ambos emitidos por um engenheiro eletricista, acompanhados da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo conselho competente.</p> <p>NOTA: O Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização do evento, conta atualmente com 14 transformadores trifásicos instalados, totalizando uma potência instalada de 2.250 kVA. A demanda contratada, conforme a carga disponibilizada pela Energisa para a unidade consumidora, é de 1.800 kW.</p>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (OMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES		
VALOR TOTAL DO LOTE (ÚNICO):					R\$	

Catálogo de Materiais – CATMAT (<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) - conforme Art. 19, II, § 2º e art. 40, § 1º, I da Lei 14.133/2021. Orienta-se ao Setor demandante, verificar a possibilidade de incluir Catálogo de **Materiais – CATMAT/CATSER, conforme determina a nova Lei de Licitações**:

Carimbo do CNPJ/CPF-ME:	Local:	Responsável pela cotação da Empresa:	USO EXCLUSIVO DA SEAGRI	Valor da Proposta:
	Data:	Fone:		Validade da Proposta: <i>Validade mínima 90 (noventa) dias</i>
	Banco:			
	Agência:	Assinatura:	Responsável pela cotação/SEAGRI	Prazo de Entrega:
	C/C:			

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES: Do local e Horário da entrega/prestação dos serviços:

- A contratada deverá fornecer os serviços de acordo com as especificações do termo de referência e edital de licitação.
- A Nota de Empenho, será disponibilizada a contratada assim que finalizar o certame licitatório havendo a habilitação do vencedor.
- Os serviços da presente solicitação deverão ser prestados no Centro Tecnológico Vandeci Rack, situado no km 333 da BR-364, 11 km em Ji-Paraná/RO, conforme condições estabelecidas do instrumento licitatório.
- Serão encaminhado todos os projetos abaixo mencionados:

- Mapa da Feira (0054723939)

Porto Velho, 30 de janeiro de 2025.

ELABORADO:
ALINE TOPAN SUSSAI
Chefe de Núcleo de Compras Públicas - NCP/SEAGRI
Portaria nº 212 de 27 de setembro de 2023 (id.0042152112)

CIENTE E DE ACORDO:
JANDERSON RODRIGUES DALAZEN
Secretário Adjunto de Estado da Agricultura
Coordenador da 12ª Rondônia Rural Show Internacional - Portaria nº 159 de 12 de novembro de 2024 (0054729782)

APROVADO E AUTORIZADO:



Documento assinado eletronicamente por **Aline Topan Sussai, Chefe de Núcleo**, em 30/01/2025, às 19:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JANDERSON RODRIGUES DALAZEN, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 31/01/2025, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo da Silva Batista, Secretário(a)**, em 03/02/2025, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0056845179** e o código CRC **4C804F20**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	EMP 5	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIACÃO	PARAMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL GERAL [F + G]
LOTE 1															
1	SERVIÇO DE REALOCAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE 300 KVA TRIFÁSICO 13,8 KV/ 220-127 V 60 Hz ESTRUTURA CE3. (DESCRIÇÃO COMPLETA NA SAMS).	SERVIÇO	1	N/C	R\$ 18.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 37.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 27.500,00	16.512,62	55,04%	MEDIANA	R\$ 27.500,00
2	SERVIÇO DE REALOCAÇÃO DE POSTE EM REDE DE BAIXA TENSÃO. (DESCRIÇÃO COMPLETA NA SAMS).	SERVIÇO	1	N/C	R\$ 12.480,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 11.120,00	R\$ 12.000,00	2.092,27	18,82%	MÉDIO	R\$ 11.120,00
3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS. (DESCRIÇÃO COMPLETA NA SAMS).	SERVIÇO	1	N/C	R\$ 375.125,15	R\$ 370.000,00	R\$ 392.000,00	R\$ 320.361,00	R\$ 320.361,00	R\$ 364.371,54	R\$ 372.562,58	30.808,98	8,46%	MÉDIO	R\$ 364.371,54
4	SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE REDE ELÉTRICA EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO (DESCRIÇÃO COMPLETA NA SAMS).	SERVIÇO	1	N/C	R\$ 74.250,00	R\$ 72.000,00	R\$ 71.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 71.812,50	R\$ 71.500,00	1.818,60	2,53%	MÉDIO	R\$ 71.812,50
VALOR DO LOTE 1															R\$ 474.804,04

VALOR TOTAL	R\$ 474.804,04
VALOR DO LOTE 1	R\$ 474.804,04

LEGENDA:

NC = Não encontrado

NOTA EXPLICATIVA:

IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES

EMP1	BANCO DE PREÇOS
EMP2	CROA ENGENHARIA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 38.369.159/0001-50
EMP3	MB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - CNPJ: 41.215.535/0001-67
EMP4	QUEIROZ & SANTOS LTDA - ME - CNPJ: 14.328.819/0001-97
EMP5	VALLEN PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 12.046.372/0001-38

1) As descrições foram reduzidas neste quadro comparativo, porém se encontra completas no termo de referência (0056845178).

